

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Viviane Alves Vieira

**Territorialização do capital em Moçambique: o caso da Vale S/A e os
reassentamentos**

São Paulo

2015

VIVIANE ALVES VIEIRA

**Territorialização do capital em Moçambique: o caso da Vale S/A e os
reassentamentos**

Trabalho de Graduação Individual
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo para obtenção
do título de bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Carlos de Almeida
Toledo.

São Paulo

2015

AGRADECIMENTOS

À minha família. Minha mãe pela serenidade, nem sempre compreendendo, mas nunca se opondo às minhas escolhas. Meus irmãos... Cristiane quem sempre foi referência para estudar. Alday pela amizade e por jamais me deixar desistir. Meu pai, por ter me ensinado sobre contar e ouvir histórias.

Agradeço aos amigos de graduação principalmente à Marina, Vitória, Roger, Tamires pelos anos de estudos e amizade. À Patrícia e Camila pela força e incentivo sempre. À Marcinha e Ju que tornaram dias difíceis mais leves.

À Vitória e Fabiano, com quem atravessei o oceano e compartilhamos tantos momentos inusitados e inesquecíveis. À Giorgio pelo olhar atento, pelas conversas e principalmente pela parceria durante o trabalho de campo, com quem aprendi muito sobre fazer pesquisa. Sou grata à Patrícia e Felipe que abriram a casa, compartilharam amigos de Maputo e com quem dividi impressões sobre a relação Brasil-Moçambique. Aos colegas da UEM: Cabral que gentilmente me concedeu bases cartográficas. Lélío que relatou histórias doces e suas inquietações com a cidade. Às docentes Tomazina Sithole que me indicou locais em que poderia ter documentação e Inês Raimundo por ter dado orientações e facilitado a ida para Tete. Sou grata ainda à Joaquim Maloa e a Jhone do Observatório do Meio Rural da Universidade Politécnica pelo empréstimos de livros e materiais consultados.

Ao professor Carlos Toledo de Almeida, Carlão, quem me orientou e desde a primeira conversa foi inspiração, com quem aprendi uma nova maneira de olhar para meus estudos.

Sou grata também à Reitoria da Universidade de São Paulo pela bolsa concedida, sem ela não teria sido possível realizar o intercâmbio e consequentemente não teria realizado essa pesquisa.

RESUMO

VIEIRA, Viviane Alves. **Territorialização do capital em Moçambique: o caso da Vale S/A e os reassentamentos.** Trabalho de Graduação Individual. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2015.

Para pensar nos conflitos gerados pelo uso da terra, a princípio entre a empresa brasileira Vale S/A, que explora carvão mineral em Moçambique, e famílias rurais moçambicanas, fez-se necessário retomar um período histórico de aproximadamente 40 anos para analisar o processo de formação social e econômico naquele país. Passando pelo período colonial, sobretudo pós colonial, chegamos ao processo de abertura econômica e territorialização do capital estrangeiro. Identificamos um Estado ausente e dependente, numa perspectiva neoliberal, em que o poder sobre a organização do espaço passa para o capital. Consideramos assim a relação em que Estado e a Vale tem diferentes interesses, entre dinheiro e capital, mas que tal processo causa transformações no espaço e nas práticas sociais das famílias rurais moçambicanas, principalmente de Moatize, que viviam no local em que ocorre a extração do carvão mineral, comprometendo a autonomia dessas famílias ao serem reassentadas para áreas com características distintas daquelas vividas anteriormente, fato observado em trabalho de campo e melhor compreendido em teoria, concluindo que com a separação da terra, tais famílias passam a ter a venda da força de trabalho uma das únicas vias para obter mercadoria. Tal processo esconde suas contradições em discursos e concepções de mundo em prol daquilo que vem a ser a modernização da população moçambicana.

Palavras-chave: Moçambique, Mineração, Reassentamentos, Territorialização, Modernização.

ABSTRACT

VIEIRA, Viviane Alves. **The territorial capital in Mozambique: the case of Vale S/A and resettlement.** Individual undergraduate work. Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo. 2015.

To think about the conflicts generated by land use, at first between the Brazilian company Vale S/A, which operates mineral coal in Mozambique and Mozambican rural families, it was necessary to resume a historical period of approximately 40 years to analyze the process of formation social and economic in that country. Passing through the colonial period, especially colonial post, we come to economic opening process and territorial foreign capital. We identified a missing-dependent state, in a neoliberal perspective, in which power over the organization of the space goes to the capital. So we consider the situation in which state and business have different interests, between money and capital, but that this process causes changes in space and social practices of Mozambican rural families, especially at Moatize, compromising the autonomy of these families to be resettled to areas with different characteristics from those previously experienced, a fact observed in field work, starting to have the sale of the labor force one of the only ways to get merchandise. This process hides its contradictions in discourses and worldviews in favor of what comes to the modernization of the Mozambican population.

Keywords: Mozambique, Mining, Resettlement, Territorialization, Modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Moçambique – localização e províncias	13
Figura 2 – Comemoração do dia dos heróis moçambicanos	17
Figura 3 – Mapa da área de conflito entre FRELIMO e RENAMO.....	32
Figura 4 – Estrada Nacional 1 – formação da coluna.....	32
Figura 5 – Cidade de Maputo vista da moradia dos estudantes, Av. Karl Marx.....	34
Figura 6 – Moatize vista da ponte sobre o Rio Rovubwe.....	35
Figura 7 – Mapa de Tete – localização e distritos.....	36
Figura 8 – Rio Rovubwe – Moatize.....	37
Figura 9 – Interação da população com o Rio Rovubwe.....	38
Figura 10 – Fabricação de tijolos.....	40
Figura 11 – Casas em Moatize.....	40
Figura 12 – Embondeiro – Moatize.....	43
Figura 13 – Cateme: casas do reassentamento.....	51
Figura 14 – Mercado de Cateme.....	53

LISTA DE SIGLAS

AAAJC	Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades
ACIS	Associação de Comércio, Indústria e Serviços
ASA	Associação pra Sanidade Ambiental
BNDES	Banco Nacional para o Desenvolvimento
CIP	Centro de Integridade Pública
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
DW	Deutsche Welle
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EN1	Estrada Nacional 1

FRELIMO	Frente da Libertação de Moçambique
HRW	Human Rights Watch
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
MAE	Ministério da Administração Estatal
MICOA	Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RDM	Rio Doce Moçambique
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UNAC	União Nacional dos Camponeses
UPCT	União Provincial dos Camponeses de Tete
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: Um encontro. Entre lá e cá.....	10
1.1 “Como eu prefiro o campo à cidade!”.....	10
1.2 Moçambique – características gerais.....	12
1.3 Período colonial e Independência.....	14
1.4 Aldeias comunais.....	19
1.5 Guerra civil.....	22
1.6 Abertura econômica e o Projeto Vale Moatize.....	25
CAPÍTULO 2: Trabalho de campo: Moatize.....	30
2.1 O percurso: de Maputo à Moatize.....	31
2.2 Moatize: particularidades e a relação homem-meio.....	33
2.3 Reassentamentos.....	44
2.4 Cateme.....	49
CAPÍTULO 3: Mineração e reassentamentos na reprodução do sistema capitalista.....	54
3.1 O Estado Moçambicano, Brasileiro e a Vale.....	54
3.2 Controle capitalista do espaço e das relações sociais.....	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de intercâmbio estudantil realizado na Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique, no período de Janeiro a Julho de 2014. Período em que, para além da experiência académica, foi a oportunidade de viver o dia a dia num país anteriormente pouco conhecido, tomar conhecimento da história recente de Moçambique, as relações, dinâmicas e diferenciações do espaço. Foi um momento de desafio por estar em meio de novas situações ou mesmo relações já conhecidas, porém observadas noutra lugar. Momento de me perceber geógrafa, de explorar, questionar, refletir a partir daquilo que me debrucei a estudar nos últimos anos, somado aos novos apontamentos e teorias que os docentes e autores africanos me proporcionaram.

Dentre temas que instigaram e merecem atenção, fiz um deles meu tema de estudo para conclusão da graduação, por assim acreditar que seria o produto de uma experiência que se tornou importante para minha formação e por ter estreita relação entre os dois países, enquanto semelhança no processo por suas histórias, mas principalmente por ter participação dos dois países. Debrucei-me assim a um estudo de caso que tem causado conflito pelo uso da terra, no distrito de Moatize, província de Tete, a partir da extração de carvão realizada pela empresa brasileira Vale S.A., que para isso causou o deslocamento de famílias para reassentamentos, provocando rupturas e impactos nas práticas sociais de centenas de famílias. Nesse sentido o objetivo dessa pesquisa está em identificar os atores envolvidos nesse conflito, seus principais interesses e analisar os desdobramentos, a partir dos usos que são feitos do mesmo espaço geográfico, sobretudo num contexto de processo de expropriação de terras em Moçambique.

Para isso foram realizados encontros com outros pesquisadores, análise de documentos oficiais, consultas a jornais locais e arquivos de notícias, bem como pesquisas publicadas que abordam temas que convergem com esta pesquisa. Além disso, foi realizado trabalho de campo em Moatize e entrevistas com moradores desse distrito e de Tete a fim de refletir sobre seus pontos de vista por meio de seus discursos, recorrendo à população reassentada, líderes comunitários e associações que estão em defesa das famílias que vivem no campo. Nesse ponto registramos aqui uma das dificuldades que foi a comunicação com a população reassentada por haver barreira em relação a língua, mas observar o lugar em que ocorre o

conflito foi essencial para ter uma percepção das transformações do espaço e a materialidade das histórias narradas.

Para pensar nessa problemática, fez-se necessário um levantamento histórico dos principais pontos da história recente de Moçambique com suas características, ao mesmo tempo suas relações internacionais que resultaram na abertura econômica, tendo os negócios com a Vale uma de suas relações econômicas em destaque no contexto atual. Assim o capítulo 1 aborda um período de aproximadamente 40 anos, período em que houve instabilidade política, com guerra civil e instabilidade econômica, forçando a novas estratégias que resultou na abertura econômica. Além disso, trata-se de um período que deixou como herança a memória de anos de insegurança alimentar, deslocamentos forçados pelo território que geraram sofrimento e rupturas. Tal resgate foi feito no sentido de compreender a formação política e econômica no pós independência que resultou na abertura econômica, contexto em que se insere a empresa Vale naquele país. Para isso foram consultados autores como Geffray e Hedges.

O capítulo 2 trata de uma análise do local, onde se concentra a mineração e o reassentamento realizado pela empresa Vale, descrevendo assim as relações homem-meio e as transformações causadas pelo deslocamento. Observações e relatos são resultados de um trabalho de campo realizado em Junho de 2014.

Por fim, no capítulo 3 é realizada uma análise global da problemática no contexto da reprodução do sistema capitalista. Considerando o Estado Moçambicano, o Estado Brasileiro e a Vale na relação, além da população, e as transformações nas práticas sociais e materializadas no espaço, em que o pensamento do geógrafo David Harvey foi essencial para pensar na produção do espaço.

CAPÍTULO 1: Um encontro. Entre lá e Cá.

Iniciamos a presente dissertação a partir de um diálogo, mais precisamente uma narração, esta sempre presente e valorizada em Moçambique, pois foi como um disparo e a junção de algumas reflexões que se deram em diferentes momentos e que finalmente levou ao tema dessa pesquisa, relacionada à mineração em Moçambique, pensando nas causas e conseqüências, sendo uma delas o reassentamento e a expropriação. O que, para isso, foi necessário retomar e conhecer alguns pontos da história daquele país e assim retornamos ao período pós-colonial para analisarmos a formação econômica

1.1 “Como eu prefiro o campo à cidade!”

Um futuro geógrafo, que se formará pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), localizada na capital de Moçambique, Maputo, relata sobre sua infância vivida em outra província, mais precisamente Inhambane. Faz uma descrição da paisagem em seus detalhes, a relação com o lugar e a relação entre aqueles que lá viviam. Fala sobre os brinquedos que fazia com argila que buscava próximo ao rio, as árvores em que subia, lembranças da vovó e as comidas que preparava, as músicas que cantava, as danças e o silêncio do campo. O silêncio que era quebrado pelo canto dos pássaros que por ele passavam e completou: “era como se eles fizessem parte da família, estavam todos os dias entre nós”. Então ele para, olha ao redor, se vê na cidade. E diz cheio de saudade: “como eu prefiro o campo à cidade”. Um relato que traz reflexões, pois muitas vezes os discursos que imperam estão no sentido de que aqueles que moram no campo desejam morar na cidade. Sendo assim, como nascem esses discursos? A quem eles representam?

Ainda que de tom saudoso demonstrado pelo aluno e sua repulsa ao urbano, ele se encontra na capital do país, estudando na maior Universidade, com orgulho por esta colocação na sociedade e se submetendo às regras e comportamentos que a Universidade exige. O que o levou e o mantém àquele lugar? Pensar sobre isso, ou seja, conflitos cotidianos gerados muitas vezes por escolhas que nem sempre são desejadas ou mesmo questionadas, pois de

certa forma são impostas é também pensar sobre situações comuns às presenciadas e vividas na cidade de São Paulo e na Universidade de São Paulo (USP).

Mesmo com o ambiente universitário não sendo desconhecido, na UEM a princípio houve momentos de estranhamento frente a algumas regras que se mostravam mais evidentes, pois algumas delas além de serem imorais, são ilegais, ou seja, não são permitidas pelo regimento da Universidade. A maneira de se vestir sendo sinônimo de respeito e civilidade não permite o uso de determinadas roupas, como, por exemplo, a proibição de blusas que mostram os ombros ou chinelos. Há ainda algumas regras impostas por funcionários que não constam no regimento, mas mantêm o mesmo efeito para os que conhecem ou não esse documento, visto que não há expressivamente questionamento frente às regras de modo que alguns alunos relatam que são atitudes de estrangeiros, muitas vezes se referindo aos brasileiros, por greves e manifestações que naquela Universidade não são bem vistas, inclusive por alunos, que defendem uma atitude passiva e de respeito às normas.

É marcante no dia a dia as relações de hierarquia, a exigência de comportamentos e símbolos que enaltecem o docente em detrimento ao discente. Tais relações de hierarquia estão presentes na USP, mais fortemente em alguns departamentos ou em relação a determinado docente, mas consideramos que na UEM está mais evidente essa relação. O discurso duro e sem debate, poucos ou ausentes espaços para discussão de ideias, seja entre alunos e docentes ou apenas entre alunos. Reconhecemos a existência da Associação dos estudantes, mas local em que foi possível observar uma reprodução de relações de hierarquias e comportamentos que causam submissão àquele que vem a ser uma chefia e interessadamente tendo como nos postos superiores alunos do curso de medicina. Além disso, trata-se de uma Associação pouco ativa na Universidade, tendo seu escritório no centro da cidade, distante de muitos alunos. Nesse caso, o estranhamento não foi por ser um distanciamento ideológico, comum em movimentos estudantis, mas físico mesmo ou sua inexistência.

O que queremos dizer é que, por mais hostil que possa parecer o ambiente universitário, que está no contexto urbano e por mais que possa potencializar o tom saudoso daquele aluno em relação ao rural e as memórias de sua infância, para o aluno que hoje vive na cidade por ser onde está a Universidade, é como se fosse inquestionável o fato dele estar ali e ser aluno de graduação, praticamente um caminhar natural que devesse seguir, que por mais que não desejasse estar naquele lugar e na cidade, pois nela não realiza as práticas que

mencionou relacionadas ao campo, é na cidade que ele deve morar. E essa sensação de obrigação ao urbano, à civilidade, à modernidade é marcante naquela sociedade, mas deixa algumas lacunas entre o querer e o dever, conforme foram expressadas naquela tarde após a aula por um aluno que viveu o campo, hoje vive a cidade e percebe diferenças entre esses espaços. Tais lacunas entre o querer e o dever e entre as práticas sociais talvez estejam menores no Brasil, ou em São Paulo, ou na USP, no sentido de estarem mais naturalizadas e não descartamos a hipótese de o campo ter um distanciamento na memória dos jovens após gerações que nasceram no espaço urbano. Nesse movimento há uma naturalização das relações do espaço urbano e aquilo que ocupa os dias, as horas dos indivíduos que nele vivem, movidos numa busca que aparentemente vem tomando expressão em Moçambique, que é o consumo, ganho de dinheiro, acúmulo de capital.

Chegamos então que existem muitas questões nesse fragmento e se tornou necessário retomar alguns pontos na história daquele país para assim poder melhor refletir sobre eles e chegarmos ao estudo de caso a que nos propomos e julgamos estar relacionado com esse movimento que ganha expressão naquele país e os discursos que guiam as práticas sociais.

1.2 Moçambique – características gerais

Moçambique está localizado no leste da África Austral, é banhado pelo Oceano Índico. Faz fronteira ao norte pela Tanzânia, Malawi e Zâmbia, oeste com Zimbabwe, sudoeste com África do Sul e ao sul com o Reino de Suazilândia. Tem uma superfície de 799.380 km² e possui 25.727.911 habitantes (INE, 2012b) distribuídos pelas onze províncias que constituem aquele país, sendo que 17.546.436 vivem na zona rural enquanto 8.181.475 vivem na zona urbana, o que mostra uma população predominantemente rural. Trata-se de uma população jovem, que em média tem 17 anos de idade. A nível de comparação, no Brasil a média é de 29 anos, já Portugal, por exemplo, tem média de 41 anos (INE, 2012b).

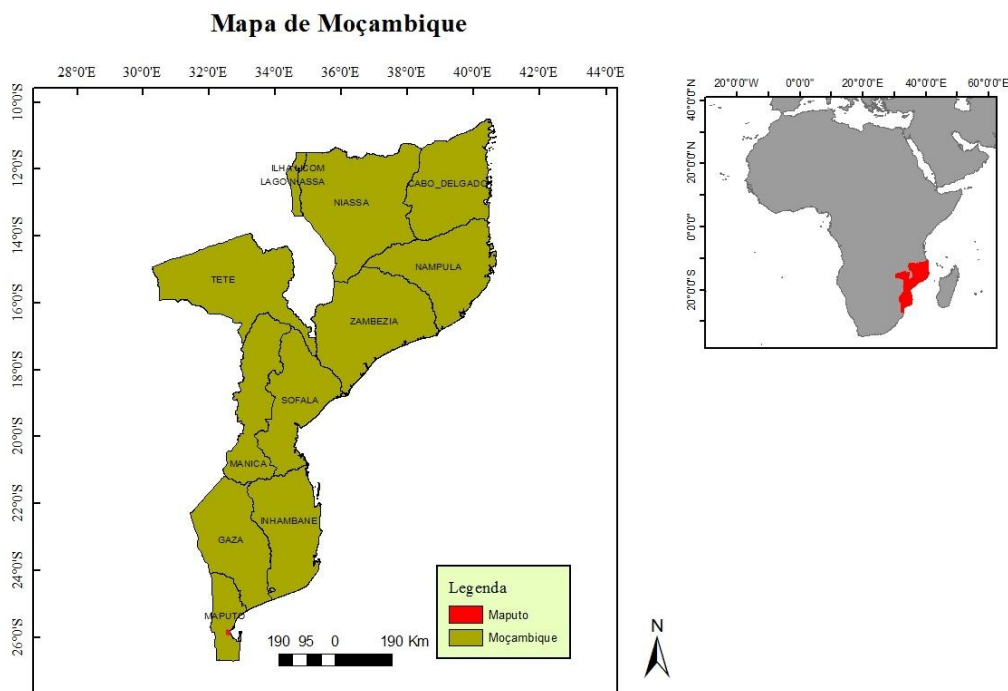


Figura 1: Mapa de Moçambique – localização e províncias. Fonte: Elaborado pela autora. 2014

A expectativa de vida em Moçambique é de 53 anos e dentre os maiores problemas na área de saúde estão a cólera – visto que apenas 40% da população tem acesso a água tratada – malária e HIV/SIDA em que 11,4% da população entre 15 e 49 anos são casos declarados (INE, 2012a). No entanto, seria importante considerar a população fora dessa faixa etária além dos que não declaram ou não diagnosticaram o que poderia elevar essa taxa. Esse dado coloca Moçambique entre os 10 países com maior índice de HIV/SIDA. Outro dado que se refere à saúde é o índice da mortalidade infantil que é de 82,7‰.

Moçambique tem como língua oficial o português, uma das heranças da colonização. Oficialmente o Governo de Moçambique reconhece outras 20 línguas bantus, no entanto também como herança do período colonial e interesses que permaneceram, as escolas são predominantemente monolíngües, em Português. Recentemente, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique aprovou que o ensino primário será ensinado em 16 línguas nacionais para facilitar o aprendizado o que pode fortalecer as línguas locais (IILP, 18/03/2015). “Em 1980 o censo apontava que o número de falantes de português como língua materna era de 1,2%. Hoje, quase 11% da população tem o português como primeira língua” (DW,11/07/2013), o que é interessante se pensarmos que esse aumento foi após a

independência do país. Mas há que se considerar que mesmo que fale português, muitas vezes não é a língua falada nas comunidades, nas vilas.

No que se refere à economia daquele país, sua moeda oficial é o metical, criada em 1980, atualmente com taxa de câmbio em que 1 dólar corresponde a 32,67 meticais (BANCO CENTRAL DE MOÇAMBIQUE, 10/02/2015). Os setores da economia que contribuem para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) nacional dividem-se entre agricultura, silvicultura e pesca com 24,7% da composição; indústria, energia, saneamento e construção com 18,2% e serviços com 50,9%. Além disso, a arrecadação de impostos constitui 9,2% do PIB (INE, 2012b). Por outro lado, a ocupação da população com agricultura, silvicultura e pesca é de 75,2% ; 6,6% na indústria e 17,9% no setor de serviços, o que mostra que a agricultura não é o que mais gera capital, mas é no que a maior parte da população trabalha. Dados da União Nacional de Camponeses (UNAC, 2014) dizem que mais de 16 milhões de pessoas vivem majoritariamente dos resultados da produção agrícola por eles desenvolvida.

1.3 Período colonial e Independência

Moçambique teve sua independência de Portugal recentemente conquistada, em 25 de junho de 1975. Consideramos o período colonial e pós independência importante para a compreensão do que veio a estruturar aquela sociedade, sobretudo a economia do país.

Assim como no caso da colonização brasileira, Portugal tinha interesses em Moçambique pela matéria-prima. Encontramos em livro publicado pelo Ministério da educação no período da República Popular de Moçambique que:

Foi o ouro que trouxe os portugueses a Moçambique. O ouro permitia-lhes comprar as especiarias asiáticas com as quais a burguesia mercantil portuguesa penetrava no mercado europeu de produtos exóticos. Moçambique passou a constituir uma espécie de reserva de meios de pagamento das especiarias e essa foi a razão porque os portugueses se fixaram no nosso país, primeiro como mercadores e, só mais tarde, como colonizadores efectivos. (República Popular de Moçambique, 1981, 23)

O fato é que após a Conferência de Berlim, as relações entre Portugal e aquele território se deram pela exploração dos recursos naturais e a expansão da agroindústria para exportação, que mantinha trabalhadores assalariados mal remunerados, com trabalho forçado, além da arrecadação de impostos, aumentando a acumulação de capital para uma burguesia

portuguesa. HEDGES (1999) aponta, por exemplo, que durante a Segunda Guerra Mundial foi essencial para a economia portuguesa o comércio do algodão que era cultivado em Moçambique. O sistema de cultivo era forçado e os trabalhadores eram fiscalizados por administradores, *sipaio*s e capatazes que utilizavam métodos de torturas, abuso sexual e prisões, formando assim o que veio a ser o assalariado rural. Assim “em 1943 a produção de algodão era feita por cerca de 30% da população moçambicana em idade ativa” (HEDGES, 1999, p.92). De acordo com o mesmo autor, outra cultura importante na acumulação de capital para Portugal naquele período foi o arroz, que para expansão da produção foi realizado censo para controle da população e em seguida emitida a circular 818/D7 em 1942 em que, além do pagamento de impostos e a contribuição braçal nas obras públicas, “cada homem passava a ter obrigação de provar ao administrador ou chefe de posto que ganhava dinheiro através de um emprego ou através da venda de produtos agrícolas” (HEDGES, 1992, p.95). Assim, consideramos que por um lado a administração colonial mobiliza o trabalho (GAUDEMAR, 1977) para a produção de valor e por outro lado causa uma perda de autonomia sobre a produção, pois “a população passa a depender cada vez mais do mercado para os padrões básicos de subsistência” (LAUGHLIN, 1992, p.130).

Uma outra cláusula da Circular deu poderes aos governadores para decidirem sobre a área considerada suficiente para cultivo a atribuir aos camponeses que tivessem preferido permanecer nas suas terras, produzindo culturas de rendimento. Deste modo, nas melhores áreas para algodão e arroz, os camponeses podiam evitar o trabalho obrigatório, se fossem registrados como seus produtores. Por outro lado, devido ao seu baixo rendimento na maior parte das concessões, foram cada vez mais as mulheres os únicos produtores a serem registrados. Nas áreas consideradas improdutivas para o algodão e arroz, não havia, praticamente, escolha para o camponês, a não ser oferecer a sua força de trabalho, pois que estas eram, geralmente, zonas menos férteis, ou menos beneficiadas com estadas, que lhes possibilitassem comercializar outras culturas. (HEDGES, 1999,96).

Nesse contexto muitas vezes o homem se dirigia à cidade para vender sua força de trabalho, mas não estava longe do controle colonial, muito pelo contrário, a fiscalização sobre os negros era intensa nas ruas e tinham no máximo 10 dias para estar na cidade sem emprego. Caso excedesse esse período eram presos sob a acusação de “vadio”. (HEDGES, 1999, p.100). Somado a isso, durante o governo colonial, portugueses impuseram uma série de medidas racistas que os separavam dos povos locais, quanto aos direitos e em relação ao acesso a serviços, dentre eles o educacional, por exemplo, o que contribuía com a distinção das camadas sociais.

O objetivo do Governo colonial era criar um sistema capaz de habilitar o “indígena” para o seu papel específico de trabalhador barato na economia colonial moçambicana. Por outro lado, o ensino para os brancos, que ocupavam os melhores postos de trabalho, tinha que oferecer uma formação mais completa, que os “indígenas” não precisavam (...). Este tipo de ensino tinha por fim, segundo os documentos oficiais, “civilizar e nacionalizar os indígenas da colônia difundindo entre eles a língua e os costumes portugueses” tornando-os “mais úteis à sociedade e a si próprios” (HEDGES, 1993, p.46).

Entre outros aspectos estavam a língua portuguesa obrigatória, em detrimento as línguas bantu e a religião Católica que potencializaram um nacionalismo português.

A luta pela libertação iniciou em 1964, mas somente em 1975 a independência é reconhecida. Assume o poder o movimento Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO), grupo formado em 1962 que questionava o poder colonial. A FRELIMO se mantém no poder até os dias atuais, a última eleição ocorreu em 15 de Outubro de 2014 e Filipe Nyusi foi eleito.

Atualmente em Moçambique, é possível perceber que o período de luta pela libertação é muito forte e vivo para os moçambicanos e muitos combatentes da guerra ainda estão vivos. Entre a população, a mídia e muitas vezes entre pesquisadores há admiração e gratidão voltadas para a FRELIMO, que de certa forma são aspectos romantizados ou pelo menos questionáveis, mas sem dúvida impedem um olhar mais crítico sobre tal partido político. Além disso, o partido lidera muitos movimentos, como, por exemplo, a Organização das Mulheres Moçambicanas que é partidário. Abaixo vemos uma fotografia do dia dos heróis moçambicanos em que lembram a luta da libertação e exaltam, sobretudo membros da FRELIMO, combatentes de guerra, popularmente chamados de camaradas.



Figura 2: Comemoração do dia dos heróis moçambicanos. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 03/02/2014

Na história oral, em contato com um jovem moçambicano, tivemos o relato de que após a independência houve o dia conhecido informalmente como 20x24, em que portugueses tiveram 24 horas para saírem do território, carregando no máximo 20 kg de pertences. Tal relato não foi encontrado em documentos escritos, ao menos nos que foram consultados, no entanto foi complementado com os de outros moradores que disseram que após a independência casas dos colonizadores foram ocupadas por moradores locais e era um ambiente desconhecido para eles, desde os espaços das casas, usos de utensílios, dentre outros pormenores que mostravam uma divisão entre colonizador e colonizado, morador da cidade e do campo. Esse fato nos leva a refletir sobre a ruptura com o colonizador e com os estrangeiros, que da mesma maneira tiveram de sair daquele território ou assumirem a nacionalidade que nascia: moçambicana. Independente da influência que pode ter permanecido na tomada de decisões e controle do território daqueles que assumiram o poder governamental, são histórias que revelam um processo de independência diferente do ocorrido no Brasil.

Independente do que constitui ficção ou relato dos fatos, consideramos que o país passou por um momento de reestruturação visto que aqueles que tinham a maioria do capital e

que mantinham as agroindústrias perdem o poder sobre aquele território e sobre a produção. Passa assim o Estado moçambicano a ser dependente economicamente de ajudas externas.

Autores como MATSINHE (2011) argumentam que a adoção do socialismo como sistema de governo após a independência se deu pela associação do capitalismo às estruturas de opressão e exploração realizadas pelos portugueses. Mas devemos lembrar que aquele território que vem a ser Moçambique teve financiamento e apoio em equipamentos, treinamento militar e apoio político-ideológico, dos países do bloco socialista que por sua vez ganhavam poder ao expandir a área territorial de influência do bloco, ou seja, para além do local, havia questões globais que influenciavam o país naquele momento. Esse apoio se deu, por exemplo, com profissionais que vão para Moçambique realizar atividades técnicas, contribuindo com a expansão no atendimento da saúde, com campanhas de vacinação, expansão dos postos de saúde, atendimento materno e professores que iniciaram um plano de alfabetização de adultos. Ao mesmo tempo em que muitos moçambicanos foram estudar na Alemanha, Cuba, União Soviética, dentre outros países.

Pouco depois da independência, começavam a chegar a Maputo os primeiros cooperantes dos países socialistas – médicos, engenheiros da indústria açucareira e do algodão, professores, todos civis, mas soviéticos, cubanos, alemães de Leste, romeno, búlgaros, coreanos... (GEFFRAY, 1991, p.12)

Atualmente, como herança desse período, encontramos professores universitários cubanos, há um condomínio russo no centro da cidade, dentre outros estrangeiros que permaneceram no país, somado aos novos vindos em outros contextos.

Com tal influência, após a independência o governo moçambicano liderado pelo presidente Samora Machel adotou medidas de uma economia planificada, os meios de produção passaram a ser propriedade do Estado. As propriedades privadas foram transferidas como estatais, “as empresas e o patrimônio imobiliário antes pertencente aos colonizadores portugueses foram nacionalizados, áreas como saúde e educação foram também nacionalizadas” (MATSINHE, 2011, p.22). Outros planos para o país estavam em modernizar as zonas rurais, desenvolver cooperativas agrícolas e medidas com pretensões nacionalistas.

Com uma população majoritariamente rural e vivendo dispersas pelo espaço, a FRELIMO adota medidas estratégicas que consideramos um processo de territorialização por parte do Estado de suas políticas e consolidação de seu poder.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Assim, a FRELIMO faz transformações, com nova organização, sob a justificativa de melhorar a administração e distribuição dos serviços públicos, saúde, educação, saneamento básico e a produção de alimentos (CASAL, 1996). Em meio a essas medidas nascem as aldeias comunais.

1.4 Aldeias Comunais

As famílias moçambicanas que vivem, sobretudo no campo têm diferentes estruturas, pois podem seguir tradições de acordo com matrilinearidade, patrilinearidade, podem ser famílias nucleares ou poligâmicas, dentre outras especificidades que caracterizam tais famílias. Entre as famílias pode haver relações de hierarquia, além de hierarquias entre os povos baseadas em suas origens. Assim, são diferenciações entre os grupos que podem se materializar no espaço pela forma em que os lugares são ocupados. Outros aspectos ainda podem influenciar na relação dos moradores com o lugar, permeados por simbologias. Assim, a organização do espaço pode estar baseada em elementos sagrados, que os ligam aos seus antepassados, como a referência de uma árvore que possibilita cerimônias e rituais, além de casos em que a direção das casas é baseada na astrologia. São assim relações que envolvem o mundo dos vivos e dos mortos, além de considerar a sabedoria dos povos, principalmente os mais velhos.

No que tange a reprodução dessas famílias podemos dizer que a divisão do trabalho está entre os membros da família para a produção de alimentos nas machambas, que são áreas de cultivo, fato que em sala de aula, na UEM, o docente Rogers Hansine (2014) justifica as famílias numerosas e contesta projetos impostos para planejamento familiar (informação verbal).

A proposta das aldeias comunais estava na concentração das famílias e povos moçambicanos, antes dispersos no espaço, para locais indicados pela FRELIMO onde teriam administradores para as aldeias. A justificativa estava em facilitar a administração e o oferecimento dos serviços públicos, como nas áreas de saúde, educação, saneamento básico.

A implementação de determinados serviços sociais nas aldeias comunais era uma das principais promessas com que o Estado incentivou os camponeses no intuito de aderirem ao processo de socialização rural. Para o Estado, a escolarização e a rede sanitária nas aldeias comunais era o principal factor de legitimação da sua intervenção junto das populações rurais; para os camponeses tratava-se de benefícios sociais prestados pelo Estado em troca de seu enquadramento em aldeias comunais. (CASAL, 1996, p.119)

Sendo assim, as famílias deveriam ser deslocadas deixando seu local de origem muitas vezes com resistência, devido ao que GEFFRAY (1991) chamou de ideologia da página em branco, pois desconsiderou toda a história anterior dos moçambicanos, em sua diversidade, vínculos sociais e dependência para subsistência.

Por outro lado, naquele momento, alguns fatores facilitaram a adesão ao projeto, pois no mesmo período o país passava por instabilidades climáticas, em que havia províncias com problema de seca, enquanto outras passavam por período de inundações. Assim, para essas famílias os aldeamentos eram como um refúgio, mas a partir do momento em que a situação se normalizou naquele local de origem, essas famílias estavam proibidas de retornarem.

De acordo com CASAL (1996), as aldeias tinham em média 500 famílias o que totalizava em média 2500 habitantes, mas duas delas chegaram a atingir 20.000 habitantes (CASAL, 1996, p.129). Passado um período de 10 anos, o projeto havia atingido 2.000.000 de habitantes (CASAL, 1996, p.156).

CASAL (1996) argumenta que com o tempo os serviços prestados nas aldeias comunais se mostraram ineficientes, com carências de profissionais, equipamentos, medicamentos e a população continuava procurando os curandeiros tradicionais, que então estavam proibidos de exercer suas atividades. Os serviços prestados não atingiam todo o país, os estrangeiros eram insuficientes e não havia formação para moçambicanos adequada para aquilo que o Estado buscava promover. É um momento de decisões e ações verticalizadas, lideradas e impostas por um grupo. No caso das escolas, por exemplo, “a escola funcionava como uma entidade exterior ao universo da aldeia; nem os responsáveis político-administrativos nem os professores tinham sensibilidade nem interesse para que esta articulação se concretizasse” (CASAL, 1996, p.121), além disso, os conteúdos não iam de encontro com a realidade da aldeia ou simplesmente as pessoas não falavam português. Quanto ao saneamento básico, além de os serviços não terem efetivamente melhorado em termos de infra-estrutura, nos aldeamentos havia o risco do aumento de doenças causadas pelo

não tratamento de água e esgoto, pois com a concentração populacional, há uma concentração no uso dos recursos naturais, do espaço e no desgaste que isso pode gerar.

Além dos serviços sociais, as aldeias comunais tinham como objetivo impulsionar o desenvolvimento rural de Moçambique. Para CASAL (1996), a FRELIMO tinha como justificativa na esfera econômica que as aldeias comunais fossem o caminho para uma agricultura mais moderna e rentável, em que o governo poderia dar maior suporte técnico e financeiro para aumentar a produção, até então constituída por uma agricultura de subsistência. O que na realidade também se mostrou ineficiente, pois a dinâmica da produção foi alterada de modo que a população não conseguia mais se organizar sistematicamente para a produção, antes realizada entre membros da mesma família, agora tendo de realizar entre vizinhos, entre a comunidade. Além disso, o deslocamento levou muitas famílias à locais de solo com características diferentes dos solos antes vivido, o que dificultou o plantio das mesmas espécies anteriormente cultivadas, ou mesmo solos inférteis sem a correção adequada e, com a população concentrada, também houve saturação dos recursos naturais, com o uso intensivo do solo, dos recursos hídricos, em detrimento a população antes dispersa.

Em 1980 a imensa maioria das aldeias eram apenas locais de habitação, sem uma base econômica segura. A desagregação do sistema agrícola familiar começava a levantar sérios problemas de reprodução social. As estratégias desenvolvidas pelas populações aldeadas com vista à neutralização das ameaças alimentares multiplicavam-se. O movimento das aldeias comunais entrava em crise, revelando as principais incoerências do seu processo de implantação. (CASAL, 1996, p.127)

Assim, transformar o espaço para conectá-los, pode gerar hierarquias e transformações sociais, que, neste caso, CASAL (1996) chamou de desestruturador e reestruturador por institucionalizar novos modos de integração social. Consideramos assim, que os aldeamentos comunais foi um sistema para territorialização do poder, no caso poder estatal, representado pela FRELIMO.

Sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.151).

Ao mesmo tempo em que implantava as aldeias comunais, o Estado ressaltava valores nacionais, identitários e socialistas, em que os dois primeiros são marcantes na sociedade moçambicana atual: a busca por uma identidade moçambicana. Numa sociedade heterogênea

era necessário encontrar o ponto em comum, ao mesmo tempo em que tinha o trabalho e a defesa de interesses nacionais como sinônimo de progresso do país, naquilo que vinha a ser progresso naquele momento, naquele projeto. No entanto, esse fator identitário não era reconhecido pela população.

Os indivíduos não foram liberados dos velhos vínculos – núcleos de poderes concêntricos, bases econômicas familiares e centrípetas, representações identitárias localizadas -, pelo que não se sentem membros de uma sociedade nacional constituída, nem estão integrados em mecanismos e relações sociais orgânicas de âmbito nacional. (CASAL, 1996, p.46)

Dado o contexto, o país passa por um período de crise na produção de alimentos. Não excluimos outras questões que somadas ao deslocamento da terra e problemas na estruturação da divisão do trabalho tenham contribuído. Citamos como exemplos a crise nas indústrias que após a independência gerou, por exemplo, a falta de instrumentos de trabalho, como de enxadas, e os problemas climáticos na década de 80 que desestabilizaram a produção. No entanto, enquanto projeto para desenvolvimento das famílias rurais, mostrou-se permeado de contradições, que levaram as famílias do isolamento e autonomia para a integração, dependência e subordinação a um novo sistema: socialista.

1.5 Guerra Civil

GEFFRAY (1991), em seu livro “A causa das armas”, expõe de maneira cronológica as condições e conflitos que levaram a tensão no período pós colonial que se configurou na guerra civil. Ele faz uma análise considerando os interesses que os países fronteiriços tinham em relação ao território moçambicano, sobretudo pela posição geográfica, visto que o acesso ao mar se dava por Moçambique o que era essencial para exportação de mercadorias. Outra consideração relevante, foi o contexto de Guerra Fria em que Moçambique estava entre os países do bloco socialista e defendendo um posicionamento ideológico que não era favorável aos países do bloco oposto, o que fazia com que países fronteiriços recebessem apoio dos países do bloco capitalista o que também foi considerado pelo pesquisador MATSINHE:

A política externa de Moçambique era favorável aos movimentos nacionalistas contra a ocupação colonial na Namíbia, o apartheid na África do Sul e contra o governo de minoria branca da Rodésia do Sul. Moçambique

apoiou o Zimbabwe African People's Union (ZANU)¹, do Zimbabwe, o African National Congress (ANC)², da África do Sul e o South West Africa People's Organization (SWAPO)³ e, em cumprimento à decisão da Organização das Nações Unidas de embargo contra o governo ilegal de Ian Smith fechou a fronteira com a Rodésia do Sul o que motivou uma série de ataques militares contra Moçambique. (MATSINHE, 2011, p.28)

Nesse contexto, inicia novo período de instabilidade política. GEFFRAY (1991) aponta que rodesianos com apoio de colonos portugueses imigrados para a Rodésia com ideais racistas e anticomunistas fundam o Mozambique National Resistance, que mais tarde veio a se chamar Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), atualmente partido político que continua fazendo oposição à FRELIMO.

Para a formação do MNR os agentes rodesianos contaram com a colaboração dos grandes colonos portugueses imigrados, espoliados, ressentidos e frustrados, com os quais procederam ao recrutamento, à organização e ao treino de uma tropa mercenária, composta essencialmente por antigos soldados moçambicanos desmobilizados do exército colonial também imigrados na Rodésia e que tinham apenas um *savoir-faire*, o da guerra. (GEFFRAY, 1991, p.12)

Naquele período o movimento tinha apoio, financiamento e interesse de outros países que preocupavam-se com o socialismo em Moçambique e a presença soviética naquele país. Cabe dizer que nesse período os EUA ofereciam proteção militar aos países que não se alinharam aos países comunistas, conforme argumentou HARVEY:

A principal potência capitalista da época (no fim da Segunda Guerra Mundial) os Estados Unidos, usou sua posição dominante para ajudar a criar juntamente com seus principais aliados, um novo quadro para a ordem global. Incentivou a descolonização e o desmantelamento dos impérios anteriores (britânico, francês, holandês etc.) e intermediou o nascimento das Nações Unidas e do Acordo de Bretton Woods de 1944, que definiu regras do comércio internacional. Quando a Guerra Fria começou, os EUA usaram seu poderio militar para oferecer (“vender”) proteção a todos aqueles que optaram por alinhar-se com o mundo não comunista. (HARVEY, 2011, p.34)

Internamente, no contexto das aldeias comunais, GEFFRAY (1991) aponta elementos que para ele geravam descontentamento de parte da população, pois vinha sendo forçada ao deslocamento e desejavam retornar ao seu local de origem e, além disso, medidas da FRELIMO eram interpretadas como desrespeito ao não permitir que líderes linhagísticos

¹ União Nacional Africana do Zimbabwe: um dos partidos políticos que lutou pela independência do Zimbabwe, liderado por Robert Mugabe, primeiro presidente (1980) que permanece no poder até os dias atuais.

² Congresso Nacional Africano: partido político que defendia as liberdades civis, principalmente dos negros sul-africano

s. Partido de Nelson Mandela.

³ Organização do povo do sudoeste africano: partido político que lutou pela independência da Namíbia conquistada em 1990, da África do Sul. Está no poder até os dias atuais.

participassem da administração das aldeias, o que constituía uma humilhação terem de se submeter a chefaturas de outros povos que eram “oposições históricas, por vezes muito antigas, que as dividiam muito antes da intervenção da FRELIMO e da edificação do seu Estado no campo” (GEFFRAY, 1991, p.25). Somado a isso as práticas tradicionais eram condenadas pelo partido como obscurantistas e tribais, atribuindo preconceitos e impondo o ensino do português, o que nos faz lembrar inclusive os tempos coloniais.

Para os membros das sociedades que entraram em dissidência em 1984, a alegria provinha da perspectiva de poderem desenvolver livremente a sua actividade social, material e religiosa. Regozijavam-se com a idéia de sair da clandestinidade para trabalhar, habitar, deslocar-se trocar, casar-se, tratar-se, venerar os mortos, invocar os antepassados, respeitar os chefes, educar e iniciar os filhos, e falar... segundo as suas normas, sem se esconderem e sem vergonha. O entusiasmo tinha origem no sentimento da dignidade recuperada ao pegarem em armas contra o poder arrogante que os infantilizava. (GEFFRAY, 1991, p.113)

LAUGHLIN (1991, p.138), que foi docente da UEM, considera esta uma análise simplista para a guerra civil e, para ela, Geffray não discute as implicações para o campesinato da estratégia da FRELIMO de acumulação rápida baseada nos setores assalariados da economia.

De qualquer maneira, ainda que sem considerar enquanto um processo econômico, a leitura que Geffray faz nos parece plausível para um possível apoio à RENAMO por parte inclusive de ex-membros da FRELIMO.

Os seus oficiais (da RENAMO) fazem, é verdade, discursos políticos denunciando veementemente a estratégia frelimista de construção do aparelho de Estado no campo e uma boa parte das suas acções militares têm igualmente um carácter político: matar os representantes locais do poder, destruir as aldeias poupando o habitat disperso... Para as populações civis, estes discursos e actos definem e legitimam a prática militar da Renamo e permitem-lhe, em determinadas condições ganhar a sua adesão. Mas este comportamento por parte da Renamo corresponde apenas ao que é necessário para transformar os conflitos políticos locais pacíficos em confrontação violenta. (GEFFRAY, 1991, p.115).

O autor argumenta ainda que o apoio à RENAMO não durou muito tempo, pois mostrou-se problemática para a população, desde sua manutenção, visto que os membros não produziam alimentos e por isso exigiam como forma de imposto, além de extremamente violentos. Além disso, não tinham de fato um projeto de sociedade e seu discurso ficava no plano das críticas ao outro partido.

A Guerra Civil durou assim 16 anos, um ano após a Independência até 1992. Nessa altura o país passava por grandes dificuldades e uma intervenção internacional foi necessária para que os partidos chegassem ao Acordo de Paz assinado em Roma.

Aparentemente falar sobre a Guerra Civil é um desconforto entre alguns moçambicanos, sobretudo aos que viveram aquela época, ao menos nas relações entre moçambicanos e estrangeiros. A docente Teresa Cristina (2014) da UEM, em mesa de debate na USP, atribui esse silêncio ao fato de muitos moçambicanos terem se envolvido em atos de violência, inclusive muitos foram seqüestrados e tiveram de lutar fora de sua área, indo contra seus ideais. São ações que causaram muito sofrimento e que para isso a igreja foi um ato de consolo no pós guerra, ao praticar seções de purificação, como por exemplo, realizadas pelas igrejas Ziones. Esses atos de purificação foram como uma ruptura com a história, pois a partir daquele momento estava superado e isso faz com que as pessoas não queiram mais falar sobre aquele momento (informação verbal).

No entanto, em 2013 os dois partidos voltaram a se enfrentar na região central do país, mostrando que a fragilidade política se mantém. Até agosto de 2014, quando foi assinado novo acordo de paz, a RENAMO fechou uma das principais rodovias do país, a Estrada Nacional 1 (EN1) que liga o sul ao centro do país. Entre medidas que Afonso Dakhalama (RENAMO) exigia estava a divisão do país e o fim do exército partidarizado.

1.6 Abertura econômica e o Projeto Vale Moatize

A partir do que foi exposto até aqui, é possível ter um panorama geral da instabilidade política e chamamos a atenção para o quanto isso refletia na economia de Moçambique. O país não produzia, os alimentos eram insuficientes e o Estado mantinha elevada dívida externa. Somado a isso havia o bloqueio internacional por parte dos países do bloco capitalista, o que impossibilitava pedir ajuda externa e nessa conjuntura MATSINHE coloca o fracasso das políticas adotadas:

O projeto socialista fracassou em decorrência de várias circunstâncias: a guerra civil e de desestabilização movida pela Rodésia do Sul de Ian Smith, pela África do Sul e pelo Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO); a alta dos preços do petróleo e o desequilíbrio ecológico, que em 1983, provocaram a seca e o aumento da dívida externa no país, a recusa da

entrada de Moçambique no COMECON e o fim da Guerra Fria. (MATSINHE, 2011, p.17)

Nesse contexto, a partir de 1984 o presidente socialista Samora Machel (FRELIMO) cede a pressões internacionais e o país entra num processo de abertura econômica que se intensificou com o presidente seguinte Joaquim Chissano (FRELIMO) passando a adotar medidas neoliberais, tais como privatização de empresas antes do Estado, diminuição do gasto público com serviços públicos, redução de salários, seguindo recomendações determinadas na Conferência de Bretton Woods. HARVEY (2011, p.63) aponta tais recomendações como arranjos institucionais que facilitam a continuidade do fluxo de capital pelo tempo e pelo espaço.

O que fazer com os “Estados fracassados” e como garantir a criação de “um bom clima de negócios” (incluindo a supressão da corrupção e da ilegalidade), portanto, tornaram-se missões prioritárias das instituições financeiras internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e também um projeto de vários braços das práticas imperialistas contemporâneas estadunidense e europeia em muitas partes do mundo. Os acordos da OMC, por exemplo, codificam o “bom comportamento” para os Estados que os ratificaram (e muitos Estados não têm outra opção a não ser assinar se quiserem continuar a negociar com os EUA e a Europa), de tal forma a favorecer as liberdades das corporações de fazer negócios sem regulação ou interferência estatal excessiva. (HARVEY, 2011. p.63-64)

Assim, é a partir de 1987 que Moçambique passa a receber ajuda internacional de diversos países, instituições internacionais, organizações não governamentais e agências das Nações Unidas o que ainda é possível perceber claramente no dia a dia em Maputo, capital, a quantidade de sedes de organizações/ instituições ou mesmo estrangeiros que trabalham em projetos de cooperação internacional para desenvolvimento de Moçambique, muitas vezes com modelos verticalizados, ou seja, sem participação popular efetiva sobre os rumos do país e nas palavras deles com um padrão ocidental, alvo de muitas críticas pelos intelectuais moçambicanos.

MATSINHE (2011) lembra que no período da fome, sobretudo final da década de 1980, havia regiões que não haviam sido afetadas pela seca e continuavam produzindo, mas os doadores internacionais recusaram-se a comprar excedentes de alimentos produzidos em Moçambique. E segue:

A ajuda alimentar não foi posta à disposição de Moçambique em forma de dinheiro com o qual o país pudesse comprar alimentos localmente ou no mercado internacional e transportá-los para a população, segundo as necessidades e prioridades identificadas pelo governo. Foram os doadores que puseram a comida à disposição, ditando eles próprios as condições e deixando

Moçambique sem poder influenciar o processo. (ABRAHAMSSON & NILSSON *apud* MATSINHE, 2011, p.41)

Oficialmente Moçambique deixa de ser uma República Popular em 1990 com a nova Constituição. E com o processo de abertura econômica “a base fiscal do estado passou a ser o financiamento externo e a tributação do comércio e salários, também baseados em projetos financiados do exterior.” (LAUGHLIN, 1991, p.123). MATSINHE (2011) argumenta que as ajudas internacionais, quando a nível da população, contribuem para a desigualdade social, pois aquele que teria dinheiro para comprar mercadorias e assim movimentar a economia local recebe ajuda tanto quanto aquele que não tem dinheiro para comprar alimento. Além disso, aquele que tem dinheiro muitas vezes acaba por vender aquilo que recebe como doação, aumentando sua renda. Em termos de ajuda com itens do dia a dia, é possível observar diariamente em Maputo e outras cidades de Moçambique, aquilo que é chamado popularmente como “calamidades”, que são locais em vias públicas em que moradores vendem peças de roupas que receberam de doações internacionais.

No entanto, no que se refere a ajudas em maior escala, mais precisamente em empréstimos de dinheiro, há denúncias em diferentes momentos da história daquele país relacionadas à corrupção e favorecimento de uma elite associada ao governo.

Para transformar administradores e generais em empresários emergentes, a comunidade internacional deu-lhes um curso rápido de capitalismo. A lição que transmitiu-lhes era que o capitalismo não visava apenas o sobre-lucro, mas favorecer os investidores. Os negócios eram privados e os empréstimos concedidos não precisavam ser repostos, de acordo com as relações e simpatias com os doadores. O Banco Mundial concedeu empréstimos que sabia que não seriam pagos. O dinheiro da ajuda externa foi gasto em escritórios extravagantes, casas e carros de luxo e não em investimentos produtivos. (MATSINHE, 2011, p.49)

O mesmo autor aponta que instituições financeiras dentre diferentes interesses no enriquecimento rápido de uma elite moçambicana, está nos paraísos fiscais, pois o mesmo país que faz a doação, tem o retorno do dinheiro em contas bancárias desses países, para realização de lavagem de dinheiro (MATSINHE, 2011, p.54). É interessante nesse ponto da história de Moçambique, a forma estratégica que esse enriquecimento rápido de uma elite moçambicana acontece no momento de privatizações de empresas e bancos. Matsinhe aponta que as privatizações requeriam a existência de uma classe empresarial nacional com capital suficiente para a compra dessas empresas públicas (MATSINHE, 2011, p.52). Mas segundo LAUGHLIN (1991), as empresas que eram estatais foram redistribuídas a empresas multinacionais e agricultores privados.

Esse é um debate extenso, que permeia muitas questões atuais em Moçambique, mas que se iniciou com o processo de flexibilização da legislação no que diz respeito às relações internacionais e abriu caminhos para as empresas multinacionais e investimentos externos consolidando Zonas Francas Industriais e Econômicas, principalmente no centro e norte do país. Nesse contexto de abertura econômica, estão os mega projetos, com capital e tecnologia intensiva que recebem incentivos fiscais por parte do Estado. Os mega projetos atuam em seguimentos de exploração dos recursos naturais como, por exemplo, gás natural e carvão. A Vale, mineradora brasileira, é uma das empresas que extrai carvão mineral em Moçambique. As minas operam efetivamente desde 2011, no entanto foi em 2004 que venceu o concurso para a exploração.

A Vale é uma empresa multinacional, autodenominada mineradora global, com sede no Brasil. Em 2012 lançou um livro intitulado “Nossa História” que é material de pesquisa consultado, onde a empresa divulga aquilo que considera os grandes marcos da história da Vale, dentre eles o que considera investimento pioneiro na África:

A Construção do complexo de Tubarões, a descoberta de Carajás, a privatização, a compra da canadense Inco, o investimento pioneiro na África, os negócios na China, a mudança da marca e a conquista de uma posição de destaque nas bolsas do mundo inteiro. (VALE, 2012, p.13)

Além desse material, consultamos relatórios publicados pela empresa e o relatório publicado pelo movimento Atingidos pela Vale em que denuncia impactos e violações cometidas pela empresa em diferentes países, dentre eles Chile, Canadá, Brasil e Moçambique.

O estudo de documentos da Vale sobre sua história indica que os primeiros contatos realizados por ela com o Estado Moçambicano remontam a 1987, resultando em um projeto de exploração de carvão mineral – matéria prima essencial para fabricar aço – realizado em 1989 (VALE, 2012). No entanto foi apenas em 2004 que a Vale, então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), venceu licitação para explorar em Moatize, com nome de Rio Doce Moçambique (RDM), local que a empresa considera a maior área carbonífera não explorada do mundo. Foi em 2007, sob justificativa de tornar a marca internacional com mais fácil leitura visual da imagem e pronúncia do nome que passa a ser chamada Vale (Vale, 2012, p.335).

Para que esse processo em Moçambique fosse melhor compreendido foi realizado um trabalho de campo em Moatize, na intenção de dialogar com a população, ter informações e visualizar possíveis transformações no espaço em processo.

CAPÍTULO 2: Trabalho de campo: Moatize.

Como parte da pesquisa, foi realizado trabalho de campo em Moatize, distrito em que está instalada a empresa Vale para que pudéssemos ter compreensão da dimensão das transformações causadas e possíveis conflitos gerados.

Em Moatize foi possível conversar com Evaldo Valoi membro da Associação dos Naturais e Amigos de Moatize (ANAMoatize); Alberto Gomes líder comunitário de Cateme – bairro em que estão parte dos reassentados pela Vale, além de conversas informais nas ruas, transportes, comércio. Em Tete foi possível conversar com Tomas Sousa membro da Associação pra Sanidade Ambiental (ASA), Jerônimo Cruz e Cosme Siteo, membros da Associação de Apoio e Assistência Jurídica às Comunidades (AAAJC), e por fim, na União Provincial dos Camponeses de Tete (UPCT), conversamos com Manoel Mungoi, Cesar Ramos e Eleonora Mendes⁴. Foi feita tentativa de aproximação à Vale, mais necessariamente no local das minas, no entanto era necessário credencial e pedido de permissão com alguma antecedência. Assim, o que temos em relação à Vale são documentos: o Termo de Concessão entre a então Rio Doce Moçambique (RDM) e o Governo Moçambicano obtido na ASA, em Tete – no site do Ministério dos Recursos Mineiros daquele país está disponível o contrato mineiro de outras grandes empresas mineradoras, exceto o da Vale – e o Estudo de Impacto Ambiental, obtido no Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA), em Maputo.

Num primeiro momento durante visita à Moatize, foi interessante perceber o controle que é feito dos pesquisadores que lá estão, estes que são de diferentes países e com variados temas de pesquisa. Isso foi evidenciado quando na primeira conversa, com um membro de organização da sociedade civil, houve o alerta de que era necessário se apresentar para a FRELIMO a fim de justificar a pesquisa. O que não foi feito. No entanto, ao longo dos dias foi possível perceber que havia uma rede de comunicação, pois alguns tinham conhecimento da presença.

Considerando que o período em campo foi relativamente curto para conhecer o distrito por completo e as dificuldades para chegar às áreas rurais, visto que o acesso principalmente

⁴ Nomes fictícios

para o estrangeiro é facilitado na área urbana, recorrer a dados estatísticos também se fez necessário para pensar sobre as características que predominam naquele distrito.

2.1 O percurso: de Maputo à Moatize

Moatize está a 1.550 km de Maputo, na região central do país. O percurso para o trabalho de campo foi feito por terra em ônibus – localmente chamado de machibombo – escolhido para observar e perceber as mudanças da paisagem ao longo do caminho, ter contato com aqueles que também estariam no trajeto, além de ter sido feito num período em que as passagens aéreas estavam com preço mais elevado, cujo motivo ficou evidente com as situações que dificultaram o acesso. Primeiramente pelo transporte precário, vias de acesso com problemas de sinalização e estrutura, mas o que realmente causava naquele momento a alta no preço das passagens era pela instabilidade política de Moçambique causada pelo conflito entre os partidos FRELIMO e RENAMO.

A província de Maputo polariza em detrimento às demais e assim a produção científica, meios de comunicação dentre outros canais de informação se concentram sobre questões do sul e são produzidos, sobretudo do ponto de vista dos habitantes dessa região de Moçambique. Podemos comparar ao que acontece no Brasil em relação à região sudeste. Dessa maneira, a ideia que se fez a princípio era de que não haveria problemas no percurso, pois esse confronto era pouco noticiado e não causava em Maputo o alarde à altura dos fatos.

Em outubro de 2013, a RENAMO anunciou fim do Acordo de Paz de Roma, assinado em 1992 que deu fim à guerra civil, após ataque e tomada por parte da FRELIMO a uma antiga base da RENAMO, localizada na província de Sofala (ver figura 1), mais precisamente na serra da Gorongosa, local em que vive o líder da RENAMO, Afonso Dakhama (DW, 2013). Nesta base, a partir de 2012, antigos veteranos voltaram a treinar por isso a tomada da base. É uma área de concentração de votos da RENAMO e que membros desse partido e das forças armadas vivem e têm bom conhecimento da área, do relevo, sendo assim estratégico. Assim, a RENAMO passou a atacar com armas letais aqueles que passavam pela Estrada Nacional 1, mais precisamente num trecho de 100km, que dista o Rio Save do centro da cidade de Muxúngue.



Figura 3: Mapa da área do conflito entre FRELIMO e RENAMO. Fonte: DW. 2013. Modificado por Viviane Vieira.

A EN1 é a única estrada que conecta o sul e o centro do país, assim o fluxo de pessoas, mercadorias, seja em carro de passeio, transportes públicos, caminhões de cargas, ou seja, qualquer automóvel com diferentes objetivos estava prejudicado. Era permitido atravessar esse ponto da EN1 somente duas vezes ao dia sob escolta do exército da FRELIMO, no que eles chamavam de coluna, com possibilidade de ataques da RENAMO. Trata-se de um trecho de tensão, com relatos de mortes de militares e civis na travessia em outros momentos.



Figura 4: Estrada Nacional 1 – formação da coluna. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Durante a passagem foi possível observar impactos para a comunidade local, então abandonada. Eram casas, escola, igreja, postos de saúde vazios. A UNAC comunicou à imprensa em fevereiro de 2014 sua preocupação com as famílias que vivem no campo, reconhecendo-os como agricultores familiares. Nesta nota, a UNAC classifica-os como refugiados internos, porém não reconhecidos pelas autoridades governamentais, sejam nacionais ou internacionais, mas que em janeiro de 2014 a imprensa portuguesa havia divulgado dados de aproximadamente 4 mil deslocados do distrito de Gorongosa (PÚBLICO, 2014). Além disso, foi possível observar que os militares são jovens e que embriagam-se para tomar coragem para liderar a coluna e acompanhar a população civil que necessitava atravessar tal trecho, com dizeres de que um deles morreria naquele dia.

Após atravessar o trecho de 100 km, mais ao norte, o fluxo da coluna se divide. Alguns vão para Beira, outros vão mais para o norte para cidades como Quelimane, Nampula, Lichinga, dentre outros destinos, e outros seguem para Chimoio, Tete e outras cidades do centro.

Tete é uma província que tem capital de mesmo nome e Moatize está na província de Tete, no Vale do Zambeze.

2.2. Moatize: particularidades e a relação homem-meio

A chegada em Moatize mostra uma paisagem muito diferente da paisagem de Maputo, capital.

Maputo, cidade litorânea sem grandes variações no relevo, com exceção da pequena elevação que divide a baixa da cidade de seu restante. No centro da cidade sobressaem casas de alvenaria e o número de prédios em construção é significativo, além dos antigos do período da colonização. São consideráveis os centros culturais, comércio de alimentos, venda de roupas e equipamentos eletrônicos. Por toda a cidade são encontrados trabalhadores informais vendendo créditos para celular e internet pré-paga, o que nos lembra Harvey ao apontar a difusão de tais tecnologias entre populações de baixa renda como surpreendente e parte do processo do desenvolvimento capitalista:

Desde a época de Marx, a elaboração de novas linhas e nichos de produtos tem sido um salva-vidas para o desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo que tem transformado a vida diária, até mesmo das populações de baixa renda dos chamados países em desenvolvimento (como demonstra a rápida proliferação de rádios e telefones celulares em todo o mundo em poucas décadas). As tecnologias de uso doméstico agora empregadas por profissionais da burguesia e das classes alta e média dos países capitalistas avançados (que passaram a incluir, além de Europa e América do Norte, grande parte do Leste e Sudeste Asiático) são simplesmente surpreendentes. (HARVEY, 2011. p.82-83)

Ao mesmo tempo nos faz associar uma das empresas de telecomunicações, Movitel, a um país asiático: Vietnã, pois é consórcio entre um holding da FRELIMO e a Viettel, do Vietnã, mas esse ponto nos levaria a outros caminhos a pensar. Voltando às ruas do centro de Maputo, estas que são asfaltadas, com problemas de sinalização e leis de trânsito, mas com intenso tráfego de carros particulares, muitos deles vindos usados do Japão. As machambas são encontradas pela cidade em alguns quintais ou terrenos e são em maior número conforme se direciona à periferia da cidade, mas nesse caso todas as características se alteram.



Figura 5: Cidade de Maputo vista da moradia dos estudantes, Av. Karl Marx. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Contrastando com a foto anterior, apresentamos uma imagem de Moatize.



Figura 6: Moatize vista da ponte sobre o Rio Rovubwe – saindo de Tete em direção à Moatize. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Trata-se de uma imagem da avenida principal de Moatize em que atrás do Monte se escondem minas de carvão mineral, cuja visualização não é possível, mas em campo é sentida ao tornar o ar ainda mais seco e poluído, pois as minas são a céu aberto. Na mesma avenida, mais adiante, há pequenas concentrações de serviços, com comércio, casas de alvenaria, padarias, restaurantes, hotéis de elevado preço na diária, ainda que em precárias condições, onde se hospedam principalmente funcionários das empresas mineradoras ou que prestam serviços a essas e prostituição. Há nessa avenida um fluxo intenso de caminhões carregando madeira e outras mercadorias, além do fluxo de pessoas que se deslocam para Tete para diferentes finalidades, em transporte muito cheio, os chapas, com preço, inclusive, mais elevado do que em Maputo. Tete é uma cidade maior, mais populosa, concentra mais serviços e é a capital da província.

Mapa da Província de Tete

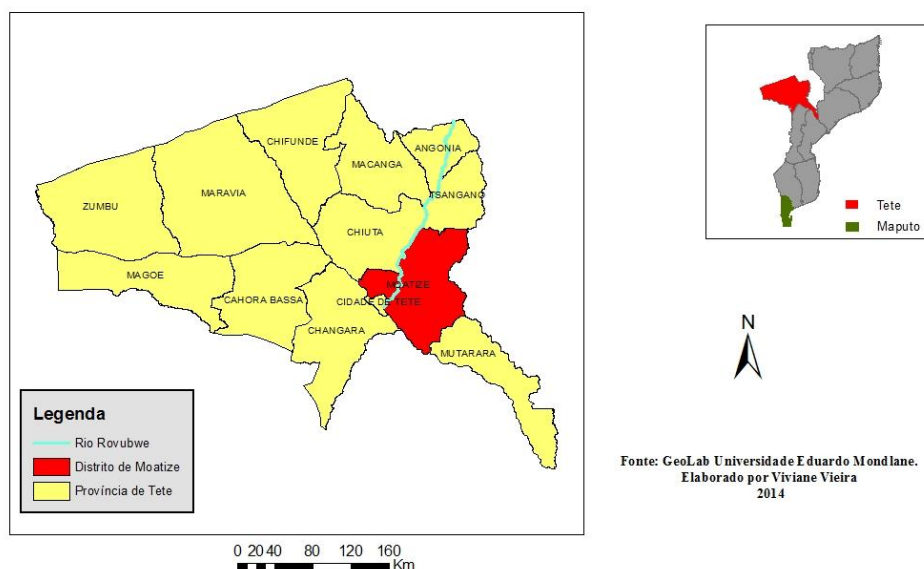


Figura 7: Mapa de Tete – localização e distritos. Fonte: Elaborado pela autora. Baseado em GeoLab Universidade Eduardo Mondlane 2014.

Sobre o distrito, de um modo geral, o censo de 1997 apresenta a população de Moatize em 113.409 habitantes (MAE, 2005, p.2). Esse é um dado do último censo, relativamente antigo e que ocorreu antes do início das atividades da Vale, dessa forma ainda não foi possível perceber a partir de dados oficiais como foi alterada a população quantitativamente após as atividades dessa e de outras empresas. É um distrito que tem característica predominantemente agrária, sobretudo familiar, mas de acordo com o perfil distrital publicado pelo Ministério da Administração Estatal (MAE) em 2005, apenas aproximadamente 3% da área total de Moatize são explorados pelo setor familiar, sendo que aproximadamente 50% são considerados com terras aráveis. Tal fato pode ser justificado pela informação recebida na UPCT, que alega que maior parte da província está em área de concessão para as mineradoras.

O MAE aponta que na produção das famílias estão os alimentos que fazem parte da alimentação moçambicana como, por exemplo, feijão nhemba, mapira, milho, mandioca (MAE, 2005, p.54-55), ou seja, uma agricultura de subsistência. A produção é realizada com métodos tradicionais e dentre os cuidados com o solo estão o pousio das terras, estrume, cinzas ou plantas em decomposição (MAE, 2005, p.72). Para o MAE, esta é a atividade que constitui como maior fonte de renda da população, além da pecuária e avicultura, o que nas

palavras do Ministério são atividades relativamente mercantilizadas. Existe ainda a venda de madeira, lenha, caniço, pesca e carvão natural. Este documento apresenta alguns dados questionáveis, ora por serem confusos, ora por apresentarem pequenas variações em diferentes momentos do documento, por isso uma pesquisa mais profunda, com outras fontes sobre o que constitui renda para essas famílias mostra-se necessária.

A figura 6 mostra a paisagem vista da ponte sobre o rio Rovúbwe em direção a avenida principal. Escolhemos esse ponto do distrito para fazermos observação, além de ser um local de grande fluxo, por ser próximo ao local em que famílias que foram reassentadas pela empresa Vale viviam. Desse mesmo local ao voltarmos para o rio, temos a paisagem que segue.



Figura 8: Rio Rovubwe – Moatize. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Aproximando da população que está ao fundo temos a imagem a seguir:



Figura 9: Interação da população com o Rio Rovubwe. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Percebemos múltiplos usos feitos do rio: coleta de água, pessoas que aparentemente lavam roupas e/ou objetos, pessoas se lavando, coleta de sedimentos. Podemos levantar problemas que envolvem, dentre outros, a questão do saneamento básico, pois a cólera, por exemplo, é preocupante no que constitui saúde pública em Moçambique, mas não é esse nosso foco. Chamamos a atenção para a importância do rio para essas pessoas, para a reprodução de suas práticas sociais. Neste mesmo local, mais ao fundo, era possível ver machambas, cuja localização pode ser justificada devido aos solos próximos de rio geralmente serem mais férteis, potencializando a importância do rio. Além disso, dada às condições do momento optou-se por não aproximarmo-nos do local, por não encontrarmos a melhor maneira de fazê-lo e registramos que no momento de fotografar, por mais que tentássemos discrição, crianças gritavam “mulungo” – palavra com que se referem aos brancos – na sinceridade de criança expondo o constrangimento com a presença do outro e desse lado por estar na posição de estrangeira.

Em 2006 foi realizado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Projeto Moatize, encomendado pela então CVRD e feito pelas empresas Diagonal Urbana, ERM e Consultec, duas brasileiras e uma moçambicana. Tal estudo foi precedente ao início das atividades da empresa, como parte do processo de legalização da obra e atividade econômica. Em tal

documento encontramos o registro sobre os que foram reassentados e a localização da moradia:

Em sua grande maioria alinhados a cursos d'água ou outras fontes naturais de abastecimento. Benga, Nhambaloalo, Chitondo, Chinguede e Mitsanha nas proximidades do Zambeze. Apresentam-se conectados entre si e com a Vila de Moatize e povoado de Capanga por Rodovias vicinais. O mais distante está a 25 quilômetros da Vila de Moatize; o mais próximo a 15 quilômetros. Matambahama e Calambo encontram-se ao longo do eixo do rio Muarazi articulados a Mithethe à Vila de Moatize, de onde distam cerca de 15 quilômetros. Nenhum dos povoados citados tem transporte coletivo. Nhanssossa e Guluane estão próximos ao rio Moatize e a cerca de 5 quilômetros da Rodovia EN103, onde circula transporte coletivo com destino a Moatize e Cidade de Tete. Mboza a 5 quilômetros da EN103. Capanga e Manthinthe, próximos ao rio Revúbue e à Rodovia EN103 entre a Vila de Moatize e a Cidade de Tete. (RDM, 2006, p.VI, 3-89)

Àquilo que consta como Vila de Moatize, consideramos o centro do distrito, onde estão concentradas algumas atividades, serviços e comércio. No trecho é mencionado o nome de cada assentamento rural, que eram os locais em que viviam as famílias atualmente reassentadas e como estavam conectados. No que se refere às práticas, encontramos no mesmo documento o seguinte trecho:

Os povoados rurais são o núcleo de uma estrutura de uso agropastoril do território, onde as funções habitar e cultivar estão intrinsecamente relacionadas e se mesclam no espaço. Nesse sentido, são monofuncionais e realmente outras actividades não se expressam espacialmente. Não possuem comércio ou serviços de qualquer natureza. Além disso, não sediam qualquer actividade administrativa de carácter local. A maioria conta com uma escola primária bastante rudimentar. Não são servidos por transporte coletivo. (RDM, 2006, p.VI, 3-89)

Nesse ponto, denominado no documento como “função”, encontramos os usos da terra e do espaço em que viviam e denotamos importância para a descrição da ausência de atividades administrativas e comércio.

Em campo, seguido noutra avenida, que segue em direção à entrada da empresa Vale, ainda beirando ao rio, encontramos a cena a seguir:



Figura 10: Fabricação de tijolos. Fotografia tirada no caminho que dá acesso à entrada da empresa Vale.
Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

A fabricação de tijolos é uma prática comum e está registrada em documentos e relatórios como uma das atividades que geram renda, como por exemplo, no relatório apresentado pela Human Rights Watch (HRW) em 2013. Assim, a proximidade ao rio é um fator essencial para a fabricação, devido ao solo argiloso. Próximo a esse local foi possível visualizar casas que foram construídas com tijolos aparentemente de fabricação local.



Figura 11: Casas em Moatize construídas com tijolos aparentemente de fabricação local. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Para somar às impressões do campo e para termos uma ideia mais ampla do que constitui Moatize, documentos oficiais do governo, como do MAE, já citado algumas vezes, e do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) foram consultados. Neste último são apontados dados estatísticos sobre bens de consumo, infra-estrutura, edificações, dentre outros aspectos, naquilo que é considerado pelo instituto como indicadores de bem-estar. Ele aponta que as paredes das casas em sua maior parte são de paus maticados (59,7%) seguido de tijolos (22,2%). A cobertura das casas em grande parte é de capim, colmo ou palmeira (85,1%) seguido de chapas de zinco (11,4%) e por fim o pavimento é predominantemente de adobe (79,6%) seguido de cimento (10,3%) (INE, 2010, p.8). É importante dizer mais uma vez que os dados são anteriores a esse momento em que os mega-projetos se intensificaram naquela região, naquele distrito, mas tais edificações foram observadas em campo. A partir dessas informações e do que observamos é possível dizer que a construção da maioria das casas é resultado da arquitetura vernacular, ou seja, utiliza recursos do próprio lugar. Esse fato está registrado no EIA:

Entre as principais formas de exploração de recursos vegetais da região, destacam-se a extração de lenha para produção de carvão (e.g. *Colophospermum mopane*) e de madeiras mais resistentes para construção e outras finalidades (e.g. *Dalbergia melanoxylon*, *Combretum imberbe*), o uso de espécies herbáceas na cobertura das residências (e.g. *Cyperus papyrus*) e a coleta de espécies medicinais (e.g. *Crabbea velutina*, *Cryptolepis obtusa*). A pressão sobre a fauna decorre principalmente da caça indiscriminada, principalmente de mamíferos, como o cabrito-cinzento (*Sylvicapra grimmia*), o chipenhe-grisalha (*Raphicerus sharpei*), a lebre-de-nuca-dourada (*Lepus saxatilis*) e o rato-grande-da-cana (*Thryonomys swinderianus*). Nenhuma dessas espécies, muito procuradas pela população local, conta com proteção legal. (RDM, 2006, p.VIII.2-4)

São assim registros que descrevem a relação da população com o meio, os usos e a apropriação do espaço. A partir disso e do que foi observado, podemos considerar que o uso do dinheiro para construção e manutenção das residências é mínimo nessas condições e citando Marx, podemos dizer que não tem relação predominantemente enquanto mercadoria, nesse primeiro momento, mas sim valor de uso.

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. (MARX, 1996, p.170)

Dados que constam no EIA apresentam uma caracterização geral da população que estava naquele momento prestes a ser reassentada. Dentre esses dados, selecionamos alguns que consideramos importantes no que diz respeito à população enquanto força de trabalho assalariada, ou em potencial, num ponto de vista mercadológico: 70% da população com idade inferior a 30 anos, 29% da população acima de 15 anos não sabe ler, 82,79% das crianças entre 7 e 14 anos freqüentam a escola, 48,6% dos chefes tem renda atrelada ao ramo de atividade ligado aos recursos naturais, 22,4% dos chefes tem situação ocupacional ligada a empregos formais, 46,6% dos chefes tem renda inferior a um salário mínimo, 92,2% dos agregados familiares possuem machambas (RDM, 2006, p.IX.15-3). Analisando os dados temos que poucos moradores tinham empregos formais, atribuindo ao que eles chamam de chefe de família. De acordo com o MAE (2005), em Moatize, a taxa de analfabetismo é de 88,1%, abrangendo, sobretudo as mulheres, dada as estruturas hierárquicas e diferentes funções de gênero daquela sociedade. Das mulheres de Moatize, apenas 24% tem conhecimento da língua portuguesa, o que mostra um distanciamento ainda maior em relação da mulher e as relações de trabalho formais. Assim, analisando os dados podemos dizer que a maioria da população tinha machambas para produzir alimentos e obtinha dinheiro devido a algum recurso natural, assim, os dados no documento e observados vão de encontro com o relato de Assis, membro da ASA:

Aquela população nunca foi dependente nem do governo, nem de outros provedores de alimentação. Portanto tinham seus meios de subsistência e a maior parte delas vivia ao longo do rio Zambeze, do rio Rovubwe onde faziam sua produção alimentar e alguns negócios, tinham acesso ao mercado que não estava longe de suas residências e tudo isso...(SOUSA, 2014 – informação verbal)

Outro elemento presente na paisagem e que não podemos deixar de destacar são os embondeiros, árvores consideradas sagradas e propriedade da família que vive próxima a elas.



Figura 12: Embondeiro – Moatize. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Fato que também foi reconhecido e documentado no EIA:

Fortes vínculos e sacralização de elementos da natureza. Árvores específicas (Ntondo e Embondeiro) são sacralizadas. A comunidade local considera algumas árvores como herança familiar, onde são realizados cultos e cerimônias. A interferência nestes elementos deve levar em consideração o significado que representam para a comunidade e deve ser discutida com as autoridades comunitárias e tradicionais; (RDM, 2006, p.VI.3-20)

Assim, chamamos atenção para outra relação com o lugar em que a população vive. Para além da relação com o espaço em que a terra é pensada enquanto meio de subsistência e os usos citados até o momento, a terra nesse momento é sinônimo de ligação com os antepassados. Para esse ponto, no EIA, há o estudo do patrimônio histórico, arqueológico e cultural em que considera como relações diretas com o cotidiano significativas com os elementos da natureza, elementos sagrados e, “da mesma forma, alguns monumentos, sítios como os cemitérios apresentam-se como locais sagrados, pois se acredita que as práticas relacionadas com sepulturas proporcionam proteção ancestral e contribuem para a prosperidade da comunidade” (RDM, 2006, p.VI.3-167). No mesmo documento são identificados 8 cemitérios (RDM, 2006, p.IX.15-3) na área que foi desapropriada e reconhece que “a interferência em cemitérios (remoções) repercute em crenças e valores de grande significado para a população, devendo ser discutida a questão com as autoridades

comunitárias e tradicionais” (RDM, 2006, p.VI.3-20). Assim, percebemos uma relação muito particular com o lugar e que o deslocamento da população torna-se um processo perverso de imediato, mas quais outras transformações os reassentamentos podem causar?

2.3. Reassentamentos

Quando iniciamos este capítulo mencionamos sobre possíveis conflitos gerados entre a empresa Vale e a população local, sobretudo do distrito de Moatize onde estão localizadas as minas. Consideramos como conflito, pois num mesmo território há diferentes usos e práticas, mas mais do que isto, passa a ser realizado um uso que tem e produz valor e um uso exclui o outro, gerando transformações nas práticas sociais das famílias rurais moçambicanas.

As terras moçambicanas são a princípio do Estado e “as comunidades locais que estejam a ocupar a terra segundo as práticas costumeiras adquirem o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1997, p.4). Assim, a população adquire o DUAT por requerimento junto aos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro e no caso de comunidades locais e explorações familiares não há cobrança de taxa anual, apenas taxas para o pedido do documento (ACIS, 2012, 44). A terra não pode ser vendida, hipotecada, conforme a Constituição vigente desde 2004 (ACIS, 2012, 12).

Geralmente o DUAT, quando há, está em nome do homem da família em 85% dos casos (MAE, 55), por mais que na maior parte dos casos o trabalho nas machambas seja realizado pelas mulheres (MAE, 54), enquanto o trabalho assalariado é predominantemente realizado pelo homem, quando há. Como no momento do trabalho de campo não tínhamos conhecimento da legislação moçambicana em relação à aquisição de terras, não sabemos se as famílias reassentadas tinham DUAT, mas ainda que tivessem, o Estado pode revogar a DUAT quando há um interesse e considerando que o Vale do Zambeze está na área de desenvolvimento prioritário, sobretudo para investimento privado, pois é considerada numa Zona Econômica de Desenvolvimento acreditamos que seja interesse do Estado moçambicano passar para uma empresa privada.

SELEMANE & SAMPAIO (2011) mostram como o interesse pela bacia carbonífera de Moatize é antigo objeto de estudo, pesquisado por autores de diferentes países. Mostram

um histórico e o avanço com que contribuiu alguns autores para a sistematização dos estudos geológicos, sobretudo de Tete. É interessante notar que num primeiro momento Semelane & Sampaio apresentam nomes de pesquisadores, sobretudo atrelados a Universidades que fazem estudos geológicos e num momento mais recente tratam-se de empresas transnacionais que estão a investigar. Em 2011 eram 16 empresas licenciadas para pesquisa tanto de carvão quanto de outros minérios somente na província de Tete, onde há a maior concentração de minerais.

Foi em 2004 que a Vale, até então CVRD, iniciou seus negócios em Moçambique, após ganhar licitação em concurso internacional para exploração por um período de 25 anos (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2007, p.11) numa área equivalente a 23.780 hectares. Após a licitação foi realizado o estudo de viabilidade e impacto ambiental e o contrato mineiro de concessão da mina de Moatize foi firmado entre o governo da República de Moçambique e a Vale em 2007. No contrato as partes concordam que cabe a concessionária “o direito exclusivo de usar e ocupar a área de mineração para fins da realização de actividades mineiras, durante o prazo da concessão mineira e de quaisquer das suas eventuais prorrogações” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2007, p.21).

Esse direito concedido pelo Estado à Vale ao mesmo tempo tira o direito de uso da população e para a extração do carvão é necessário que a população se desloque, por ser naquele subsolo onde se encontra o carvão e nesse momento o Estado se posiciona a favor da empresa ou, melhor dizendo, em parceria com a empresa. Assim o Estado Moçambicano cede o direito de uso da terra à Vale e essa como “concessionária indenizará pelos danos causados nos termos do número anterior (legislação aplicável) e será responsável pelo reassentamento dos ocupantes da terra na Área de Mineração ou outras que sejam necessárias às Operações Mineiras” (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2007, p.23).

Além de responsabilizar a Vale pelos reassentamentos e indenização, o Estado coloca-se abaixo da empresa nas decisões, pois sua postura em relação aos reassentamentos está em apoiar no processo de reassentamento dos ocupantes da terra em caso de solicitação da concessionária (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2007, p.23), ou seja, da empresa. Essa por sua vez, assume no EIA a responsabilidade pela contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano de Ação dos Reassentamentos em conjunto com o governo e a comunidade, enquanto que a gestão da infra-estrutura e dos serviços públicos diz que será de responsabilidade do Governo (RDM, 2006, p.IX. 15-8). O Plano de Reassentamento tem

como um dos objetivos criar condições para que as pessoas e comunidades atinjam um grau de autonomia em relação à nova situação estabelecida a fim de evitar situações que possam vir a gerar dependência (RDM, 2006, p.IX. 15-1).

Assim, os reassentamentos foram de responsabilidade da Vale, e iniciaram em 2009. Deslocou-se 1365 famílias para novas áreas (HRW, 2013, 46), que foram divididas em dois reassentamentos: 25 de setembro e Cateme.

Com relação ao processo do reassentamento, CRUZ, membro da AAAJ às Comunidades, em Tete, diz que foi um processo com pouca informação e diálogo com a população:

Se existe alguma coisa documentada? Olha, as informações que nós temos dos residentes da zona onde foram retiradas é que quando a Vale começou a negociar, quando foi informar que naquele local havia carvão e que as comunidades deviam sair, a coisa que eles fizeram foram trazer 2 caminhões de bebidas e as pessoas ficaram durante semanas a beber e grosso (embriagado) satisfeitos que vinha o desenvolvimento. Então em meio disso é que foram surgindo essas conversas, essas negociações. Com uma população embriagada, que negociação que se espera? Daí que se tu fores nas comunidades, no Governo, mesmo na própria Vale, tu não vai apanhar nenhuma ata que registrou todo tipo de promessas. Não há nenhuma ata. Então as comunidades só dizem: prometeram-nos isto. Isto juridicamente não serve. O que as comunidades estão a fazer agora é uma resistência: vocês prometeram. É o dito pelo não dito, então não existe nenhum documento, eles fizeram propositalmente isto para não haver registros e evidências. Esse também é violação. O diálogo foi fraudulento (CRUZ, 2014, grifo nosso, informação verbal)

Contradizendo o discurso de Cruz, no EIA consultado na biblioteca do MICOA, em Maputo, estão relatadas reuniões com famílias das diferentes vilas, com objetivos como divulgar a empresa, garantir acesso às informações sobre impactos ambientais, benefícios sociais e esclarecer dúvidas (RDM, 2006, p.XI.2-1). Constam fotografias, número de moradores presentes, questões que fizeram e as respostas dadas. Ou seja, um registro histórico dos momentos da negociação. No entanto, o EIA não estava disponível integralmente e em contato com a Diagonal, uma das empresas responsáveis pela elaboração de tal estudo, esta argumentou que a Vale não autorizou a divulgação do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e sendo assim, a empresa deve manter o sigilo de seu cliente. É sabido que o RIMA é um resumo do EIA, para acesso aos interessados e população envolvida, por isso tem uma linguagem menos técnica e um caráter mais objetivo. Mesmo assim, a empresa não foi autorizada a disponibilizar o relatório.

Ainda que tenham sido realizadas reuniões com a população, cabem questionamentos. Quem participou? Foi cumprido o que foi negociado? MUNGOI (2014), presidente da UPCT, em conversa na sede, diz que foram formadas comissões apenas com membros da comunidade que falavam português para que pudessem transmitir para a comunidade local os acontecimentos (informação verbal). E há apontamentos em outros estudos de que houve mudanças na participação da mulher nas decisões.

Durante a negociação, a empresa falou apenas com os líderes masculinos, excluindo as proprietárias tradicionais das terras. Antes da chegada da Vale, as mulheres tinham uma destacada participação na vida pública, devido ao seu papel central na propriedade da terra e na produção de alimentos, tanto para os vivos quanto oferendas para os mortos. A partir desse processo, sua posição social, independência e função começaram a se enfraquecer. (ATINGIDOS PELA VALE, 2010, 127)

Analisando os registros das reuniões no EIA, sobretudo sobre as perguntas da população a ser reassentada e a resposta que tiveram por membro das empresas que realizaram o trabalho e que estavam representando o empreendimento, no caso a Vale, constatamos que existem promessas de um modo geral relacionadas a emprego e infraestrutura que estariam voltadas para a população, mas quando um morador realiza uma pergunta direta, por exemplo, “Como serão as machambas?” ou “Para onde vamos?” têm como resposta algo no sentido de “As áreas que receberão as pessoas ainda estão em estudo e serão indicadas pelo Governo”. e quando a população pede algo diretamente como hospitais maternidade, orfanatos, etc. a resposta geralmente era em agradecimento pela sugestão, mas não de fato um compromisso.

De qualquer maneira, os reassentamentos foram realizados e a população foi dividida entre os bairros 25 de setembro e Cateme. A UPCT acompanhou apenas um dos reassentamentos: Cateme, que, de acordo com NOTA, é o reassentamento que tem características mais rurais (informação verbal). A divisão das famílias entre os dois bairros se deu a partir de suas práticas. As famílias que nos critérios adotados tinham atividades relacionadas com o espaço urbano e realizavam pequenos serviços remunerados, foram deslocadas para o bairro 25 de setembro que está dentro da área urbana. As famílias que exerciam atividades agrícolas, sem grande produção de excedente que vendesse para a cidade, foram deslocadas para o bairro Cateme, que está mais distante, a 40 km da cidade de Tete. CRUZ, da AAAJC, comenta sobre a divisão das famílias e aponta que um critério que

influenciou esteve relacionado aos moradores que trabalhariam na construção das minas para o início das atividades:

Nessa fase de construção houve pessoas não qualificadas que trabalharam e foram consideradas como fossem funcionárias, porque havia interesse em absorver essa mão de obra e ficaram no reassentamento de 25 de setembro. Mas a natureza do moçambicano, do homem moçambicano, mesmo aquele que trabalha aqui na cidade, tem a sua machamba lá fora. Liga-se à agricultura. Então não é verdade que aqueles homens eram apenas trabalhadores, mas eram trabalhadores sazonais né? Porque só estavam para a fase de construção. E foi exatamente isso que se fez então: dividir. (CRUZ, 2014, informação verbal).

Essa fase de construção das minas foi realizada por outra empresa brasileira: Odebrecht e num primeiro momento contratou moçambicanos, no entanto não foi dada continuidade dos trabalhadores moçambicanos nas outras etapas do projeto, ao menos não os moçambicanos de Moatize.

A Vale não é a única mineradora que tem licença para a exploração de carvão em Moatize. Além dela, sobressaem outras duas grandes mineradoras, que são a australiana Rio Tinto (antiga Riversdale) e a indiana Jindal. O processo de reassentamento e indenização se deram de formas distintas. A Vale foi a primeira grande mineradora e dentre as medidas para o início da extração do carvão estava os reassentamentos das famílias que viviam no local em que a extração seria realizada, conforme o contrato de concessão. Para a Rio Tinto além dos reassentamentos houve uma indenização em dinheiro. Isso incentivou as famílias que estavam sendo reassentadas pela Vale a exigir da mesma maneira uma indenização. No caso da Jindal, diferentemente não realizou reassentamento tampouco indenização. Assim, está explorando o carvão em meio às famílias.

As indenizações pagas pela Vale “foram inicialmente fixadas em 87.500,00 Mt e, mais tarde, reajustadas para 112.000,00 Mt para cada beneficiário atingido, independente do tipo de casa em que habitava” (SELEMANE, 2010, p.) o que corresponde a aproximadamente US\$3.000,00.

No entanto, de acordo com CRUZ a indenização foi justificativa pela pequena área que foi destinada como moradia para as famílias, menor se comparada com a que viviam anteriormente:

As famílias moçambicanas tinham várias porções de terra uma aqui para mandioca, ali batata doce que somando pode até chegar 5 hectares. Mas a empresa entendeu que cada família tem direito a 2 hectares. Ditam as regras

do jogo, não são realistas. Às pessoas que foram a Cateme e 25 de setembro disseram nós vamos dar 2 hectares. Não conseguiram dar 2 hectares. Deram 1 hectare. O outro hectare, disseram como não estamos a encontrar espaço para dar o outro hectare, vamos dar em dinheiro. Quanto? 119 mil meticais. Quem que disse a eles que a minha vida corresponde a 119 mil meticais? Porque eu vivo daquilo... mas estamos a falar de uma pessoa que está com fome. Vai negar? Não. Vai receber o dinheiro. Estão a pagar, depois de usar esse dinheiro, há de haver problema. (CRUZ, 2014, informação verbal)

No EIA consta aquilo que a empresa chama de expectativas dos moradores, não sendo considerados enquanto direitos, compensação, mas sim benefícios:

Com relação à mobilização das comunidades afetadas, o processo desencadeador de expectativas é a resolução do domínio útil da terra, especialmente nas tarefas relacionadas ao Plano de Reassentamento (estudos para subsídios, elaboração e implementação do plano). Desde os primeiros contatos com as partes interessadas durante a elaboração de estudos de viabilidade técnica, podem ocorrer, nas populações locais, expectativas em relação a possíveis benefícios na negociação de terras e indenizações ou aquisições decorrentes do reassentamento de parte da população residente na área de concessão e do fato dos contatos serem realizados concomitantemente ao desenvolvimento do projecto – antes, portanto, da decisão sobre sua configuração definitiva. (RDM, 2006, p.VIII. 2-17 – grifo nosso)

Na UPCT, membros explicaram que dentre os acordos também estava a entrega de cestas básicas mensais, da Vale para a população, assim como a gestão do abastecimento de água, estes com previsão de término em 2015.

2.4 Cateme

A ida ao bairro Cateme foi realizada após conversa na UPCT, que colocou-nos em contato com Alberto Gomes, sem antes nos antecipar que trata-se de um líder comunitário indicado pela FRELIMO.

Gomes acompanhou a visita desde a chegada na paragem do transporte, chamado de chapa, até a saída da volta o que limitou em parte o diálogo com outros moradores, além de dificuldades para outras entrevistas, pois muitos moradores não falam português, mas sim Chi- Nyungue. Assim, havia restrição na comunicação, além dos olhares inseguros em relação ao outro, a uma mulher, estrangeira, branca, que fala português brasileiro. A partir disso é possível refletir sobre as organizações e líderes comunitários como porta voz de uma população que não compreende português, o idioma daqueles que tem poder de decisão e ação

sobre o espaço que eles vivem, sendo assim esses líderes aqueles que provavelmente representaram os moradores nas possíveis reuniões para negociação do reassentamento.

A conversa com Gomes aconteceu em sua casa, que estava localizada na avenida principal. Nesta avenida estava o mercado principal, uma escola, a caixa d'água e as casas construídas pela Vale. Quando questionado no sentido de comparação entre o local de origem e o reassentamento, a princípio ele se limitou a elogios ao reassentamento:

As principais diferenças? São enormes não é? Na medida em que, a vivência de lá era dispersos, não organizadamente. Estávamos distantes ao posto de saúde, do mercado, lojas, muagens. Escola também, mas aqui não. Estamos organizados, em urbanização, com avenidas, escola perto, energia onde lá não tínhamos, nem tínhamos esperança de ter. A vida em si foi mudada. Tas a ver? Não é como antes. Tas a ver? Ter uma casa desta? (GOMES, 2014, informação verbal).

Gomes destacou pontos daquilo que para ele são melhorias no dia a dia, numa perspectiva da organização do espaço, oferecimento de serviços e com tom esperançoso por uma população que possa se tornar consumidora, mencionando a possibilidade de adquirir eletrodomésticos, por exemplo. Por outro lado, Gomes reconheceu problemas físicos das casas:

As casas são diferentes. As casas são boas. Apesar de terem defeitos físicos, mas são boas. Seguramente são defeitos físicos. Quando falo defeitos físicos, por exemplo, quando é tempo chuvoso, por ter má cobertura, as águas das chuvas entram nas casas. Esse é o ponto 1. Tas a ver esses ventiladores? Tas a ver? Facilitam a entrada de água. Ponto 2. Ponto 3: todas as casas, o que aconteceu, o que teria feito durante a construção... todas as casas tem rachas, tem fissuras. Então o que a população é...realmente a casa tem uma brecha numa das paredes. Então como nós estamos permanentemente, essa brecha vai aumentando, crescendo, por isso a razão de queixa é essa. (GOMES, 2014, informação verbal).

Seu discurso não tem tom contestador, mas se mostra passivo, como se fosse uma condição para que tivessem acesso a determinados serviços, dentre eles e o mais citado por ele é a energia elétrica. De fato, o acesso a energia elétrica em Moatize é restrito. Apenas 7,4% da população têm energia elétrica, sendo o querosene utilizado por 49%, e a lenha em 38% da população (INE, 2010, p.9). No entanto, diante das transformações geradas nas práticas daquelas pessoas, torna-se questionável se o acesso a energia elétrica é realmente suficiente diante da produção de valor gerada naquele lugar e satisfatório diante daquilo que se transforma com a modernização, assim como a qualidade e estrutura das casas em que claramente buscou-se a redução de gastos por parte da Vale.



Figura 13: Cateme: casas do reassentamento. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Na figura acima, é possível ver adaptações que a população realizou nas casas, seja com tijolos ou com palhoça, pois além da má qualidade das construções, houve uma padronização das casas, que não condiz com a disposição das casas conforme os moradores estavam acostumados. Há famílias poligâmicas e monogâmicas, por exemplo, mas todas as casas são iguais. Mais uma vez percebemos decisões rápidas, sem levar em consideração as práticas realizadas pela população anteriormente e a imposição de práticas que as comunidades identificam como brasileiras.

A Vale montou o que chama de fazenda modelo, mas essa linguagem não é comum para nós. É para o Brasil. Na fazenda modelo tem 5 engenheiros. Eu tenho vergonha engenheiro agrônomo branco, trabalhando na palma da minha mão. O chefe fica aqui, os 4 moçambicanos ficam ali. Aliás, conceberam que o bom é ensinar técnicas de produção às famílias não é? Mas as famílias vão lá aprender as técnicas tem que pedir autorização a uma pessoa que está a 50 km. Depois a fazenda modelo produz o que? Morango? O que é morango para uma pessoa que vive no campo. Até mesmo aqui na cidade de Tete são poucas pessoas que conhecem o morango. Na estufa... não é isso que nós estamos a fazer. (CRUZ, 2014, informação verbal).

O discurso de Caetano mostra a preocupação com a produção de alimento para consumo próprio, não para venda e assim como ele, membros de organizações que trabalham com as famílias rurais argumentam sobre a impossibilidade de elas continuarem exercendo atividades agrícolas, pois no local atual a distância do rio dificulta a irrigação, os solos são pedregosos, além da área das machambas serem menores e estarem distantes do

reassentamento, o que gerou conflitos entre os moradores reassentados e os que viviam próximos ao local das machambas:

Aquela população foi transferida para uma zona onde já vivia alguma população nativa que teve que ceder as suas machambas e por sinal cederam as machambas as menos produtivas. E nesse processo de ceder as machambas, foi em troca de alguma promessa de como a Vale iria facultar alguns benefícios para aquelas comunidades também, mas não tendo de fato a Vale cumprido essa promessa de alguns benefícios aquela população começou a reaver as suas machambas. Então temos lá pessoas que não têm, foram reassentadas e não têm nem esse pedaço de terra improdutivo não têm (SOUSA, 2014, informação verbal).

Além das transformações causadas pela nova moradia e em consequência do difícil acesso às machambas, o acesso à terra e a outros elementos eram essenciais para a obtenção de dinheiro para a população que antes vivia próxima ao rio Rovubwe, como, por exemplo, para a fabricação de tijolos.

Lá pra Cateme foram pessoas que não trabalham, não tem renda e viviam da machamba. Então ninguém compra coisa do outro. Aqui neste bairro onde saíram, eles cortavam lenha, produziam alface, tomate, feijão, na margem do rio. Transportavam para a vila de Moatize onde está a classe média né? Esses são os que tem dinheiro e compravam. Então saíram daqui a 40 km longe do rio, numa terra não produtiva, mesmo havendo lenha, ninguém compra pro outro porque todos não tem dinheiro! E o produto agrícola, as poucas machambas que produzem alguma coisa é para o consumo pessoal e todo produto que se vende no mercado local vem de fora porque as pessoas são aqui de fora vão especular lá em Cateme. E as pequenas bancas, as pequenas lojas que existem lá não são de pessoas de Cateme, são de pessoas que saíram daqui da cidade e vão montar lá porque há oportunidade de negócio. Então o homem de Cateme praticamente não tem nada para fazer. Não há produto agrícola que sai de Cateme para a cidade ou de Cateme para um mercado local. Mas tudo o que se vende sai daqui (cidade) para lá. E é por isso que o produto fica caro.(CRUZ, 2014, informação verbal).

Na vila de Moatize, mencionada por Cruz, que é onde estão concentrados comércios, hotéis e outros serviços, conversamos com um comerciante que explicou que quando foi realizado o pagamento da indenização pela Vale para as famílias, ele alugou uma casa em Cateme para fazer negócios. Assim ele vendia os alimentos que a Vale não entregava às famílias, mas quando o dinheiro dessas famílias acabou, ele voltou para o centro de Moatize, pois já não compensava financeiramente continuar em Cateme. Ainda foram visualizados pequenos comércios naquele local, numa área em que as casas já não eram padronizadas, ou seja, não foram construídas pela Vale, eram barracas construídas com madeira e lona, algumas com cimento e telha de amianto, mas ainda em precárias condições. Foi presenciado inclusive o momento em que mercadorias chegavam, em carros grandes, os chapas, e eram

descarregados por crianças para dentro de uma espécie de mercearia, em que vendem produtos industrializados. Tal local tinha maior concentração de pessoas e trocas do que o mercado oficial, construído pela Vale:



Figura 14: Mercado de Cateme – construído pela Vale. Fonte: VIEIRA, Viviane. Arquivo pessoal. 2014

Dadas as condições em que a população tem menor autonomia na produção de alimentos e não tem renda, questionamos o cenário com o fim do dinheiro que receberam em indenização, como ganhar mais dinheiro se com o distanciamento do rio, perda de solos férteis consideramos que as famílias perderam os meios de produção? Quais atividades surgirão?

CAPÍTULO 3: Mineração e reassentamento na reprodução do sistema capitalista

No primeiro capítulo realizamos um resgate histórico para chegarmos ao processo de abertura econômica no qual a Vale se insere no contexto moçambicano. No segundo capítulo nos concentramos no trabalho de campo para pensar as relações com o espaço e o deslocamento da população local para os reassentamentos. Nesse capítulo nosso intuito está em analisar as transformações nas práticas sociais da população reassentada enquanto processo e de uma forma mais global, considerando os atores envolvidos no negócio e enquanto reprodução do sistema capitalista.

3.1 O Estado moçambicano, brasileiro e a Vale

Em 2004, quando a CVRD venceu a disputa pela concessão de exploração de carvão mineral houve um investimento estimado em US\$1 bilhão, com empréstimo realizado pelo Banco Nacional para o Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse investimento incluía o pagamento da concessão, o desenvolvimento da mina e a construção de terminal para carregamento dos navios (ALEM & CAVALCANTI, 2005), ou seja, para o pagamento ao Estado moçambicano e para a construção da infra-estrutura necessária para extração e escoamento da produção.

O contrato de concessão foi firmado com a seguinte estrutura acionista do Projeto Moatize: “85% pertencem à Vale, 5% ao Estado moçambicano e 10% a investidores nacionais.” (MOSCA & SELEMANE, 2011, p.19).

Atualmente a Vale é um conglomerado de capital aberto, ou seja, tem capital dividido em ações que são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova York, Hong Kong, Paris e Madri (VALE, 2013, p.1). Possui ações sob posse de empresas brasileiras, estrangeiras, além do Governo Federal Brasileiro. A Valepar tem a maior parte das ações, com 53,9% do capital ordinário da Vale e tem como principais acionistas Fundos de pensão do Banco do Brasil (Previ) com 39%, Petros, Funcef e Fundação Cesp com 10%, Bradespar com 21,21%, Mitsui 18,24% e BNDESPar com 11,51%. Os outros 46,1% das ações da Vale estão divididos entre investidores não brasileiros, com 31,1% (NYS – ADR com 22,9% e

BOVESPA tem 8,2%), investidores brasileiros com 8,5% (Institucionais 4,2%, Varejo 1,6% e FMP – FGTS 2,7%) e Governo Federal Brasileiro através do BNDESPar com 6,5% das ações (VALE, 2014). Assim, o Estado brasileiro também está presente na tomada de decisões da Vale, assim como do lucro que é dividido entre os acionistas.

A Vale extrai o carvão mineral, esse será exportado e trocado por dinheiro no mercado internacional, ou seja, dólar. O que é de interesse do Estado moçambicano conforme mencionado no contrato de concessão:

Tendo em conta que o pagamento de impostos e de outras contribuições ao Estado deve ser feito em moeda nacional nos termos da lei, sendo a Concessionária uma empresa exportadora, deverá obter a moeda nacional por contrapartida de venda de moeda estrangeira ao Banco de Moçambique, garantidas as condições de igualdade de tratamento perante os demais agentes financeiros do mercado. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2007, p.34).

Assim, é uma maneira de entrada de dólar, dinheiro universal, aos cofres públicos moçambicanos, mediado pelo Banco de Moçambique, dinheiro mundial “que funciona como meio geral de pagamento, meio geral de compra e materialização social absoluta da riqueza em geral (universal wealth)” (MARX, 1996, p.262). É, assim, um ponto em que o Estado moçambicano encontra vantagens, numa lógica de internacionalização de suas relações comerciais e para o entesouramento nacional, pois com dólar poderá importar mercadorias e terá reservas disponíveis inclusive para transações financeiras, como pagamento de dívidas, empréstimos. Em dezembro de 2014 o governador do Banco Central Moçambicano declarou a um jornal local:

Temos a registar que Moçambique contou, em 2014, com mais-valias de transacções efectuadas por algumas concessionárias que exploram recursos minerais com empresas não-residentes, no valor de 520 milhões de dólares, montante que permitiu amortecer o impacto adverso sobre as reservas internacionais, disse o governador do Banco Central, Ernesto Gove (RÁDIO MOÇAMBIQUE, 05/01/2015).

A Vale é umas das empresas responsáveis pela entrada desse dinheiro em Moçambique. Por outro lado, ao mesmo tempo em que se torna um negócio vantajoso por ser entrada de dinheiro, gera dependência do Estado em relação à empresa e capital estrangeiro, pois o Estado Moçambicano e a Vale estão em diferentes momentos de um mesmo processo, do ciclo do capital. De um lado, o Estado Moçambicano não tem a tecnologia para a exploração em grande escala e assim vende para a Vale. Dessa maneira, o Estado Moçambicano transforma a terra/ minas, que nessa relação se constitui enquanto mercadoria, em dinheiro. Esse dinheiro que já dissemos ser internacional, será trocado por outra

mercadoria que o país não produz, configurando uma parte do ciclo do capital, definido por Marx como circulação simples de mercadorias (MARX, 1996, p.272), em que parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo (MARX, 1996, p.270)

Percebemos que nesse caso, o Estado Moçambicano não acumula capital e é por isso que nos referimos causar dependência, pois com o fim do negócio há o término de entrada de dinheiro para compra de mercadorias não produzidas em Moçambique.

Por outro lado, para a Vale e consequentemente para o Estado Brasileiro que tem ações da empresa, há a acumulação de capital. Primeiramente investe dinheiro nas minas para extração do carvão, momento em que é acrescentado trabalho e assim exporta com incrementos (MARX, 1996, p.271). Com o capital gerado poderá fazer a manutenção do próprio processo de extração de carvão, ou seja, a infra-estrutura, logística e pagamento do salário de todos os trabalhadores que nele estão envolvidos, mantendo a margem de lucro aos acionistas da empresa e a porcentagem que deve ser destinada ao Estado Moçambicano – que na realidade é um dinheiro que já era do próprio Estado Moçambicano – e investidores moçambicanos. Porcentagem que é questionável, pois durante o trabalho de campo diferentes pessoas consultadas falaram sobre as dúvidas que rondam sobre o quanto se extrai de carvão, sendo assim não é seguro a quantia que cabe a cada uma das partes.

Eu recordo que há pouco tempo criou algum problema quando a diretora provincial das finanças aqui de Tete, numa reunião do governo em Maputo chegou a dizer isso, que estava difícil de cobrar as empresas porque não se sabia quanto se tirava, quanto é que se explorava. Então eu penso que se o próprio governo reclama disso então há um problema grave. (SOUSA, 2014, informação verbal).

Isso evidencia o Estado num segundo plano, perdendo poder em relação à população no que tange a tomada de decisões e organização do espaço, sem domínio do processo que ocorre em seu território, em que o acordo inicial estabelecido entre ele e a empresa passa a ser na base a confiança, sem controle efetivo da produção, característica de uma economia neoliberal.

3.2 Controle capitalista do espaço e das relações sociais

O período de concessão das minas à Vale é de 25 anos, período em que a Vale faz uso da área e controla as relações sociais e formas de organização do espaço, conforme Harvey coloca no livro *O enigma do capital*:

Nas relações sociais que dominam o cerne do capitalismo, o trabalho assume uma forma muito particular em que o trabalho, as tecnologias de produção e as formas de organização estão reunidos sob o controle do capitalista por um tempo predeterminado de contrato para fins de produção lucrativa de mercadorias (HARVEY, 2011. p. 88).

Entendemos então que nesse período a transformação e organização do espaço está sob controle da empresa Vale. Primeiramente no que diz respeito ao deslocamento das famílias para os reassentamentos e em segundo lugar na construção de infra estrutura.

Diferentemente de outros deslocamentos forçados em que a população moçambicana já esteve submetida em diferentes momentos na história, seja nos aldeamentos comunais realizados pelo Estado moçambicano, então socialista, ou na guerra civil, os deslocamentos vividos no contexto atual são definitivos, ou pelo menos é questionável a possibilidade de retorno para a terra de origem. Tal impossibilidade se configura pela transformação do espaço que é conduzida pela extração do carvão mineral, com destruição do que há edificado, com interferência na fauna e flora, no relevo e nos rios consequências do empreendimento que é de grande produção numa dimensão nova em Moçambique, ainda que a extração mineral seja antiga. Tal mudança é perceptível e questionada pela população, conforme comentário a seguir:

A empresa Rio Doce é bem vinda, pois sabemos o que vai fazer, vai ativar novamente as minas de carvão. Entendemos o acordo de concessão. Já vieram outros antes. Estão a se envolver em mineração desde o tempo colonial e nunca tivemos que sair. Durante a guerra todos tiveram que fugir, sair daqui. Hoje é tempo de paz, voltamos a nos assentar aqui em Chipanga e agora nos dizem que temos que sair. É isso que é a dor, disso o empreendimento precisa saber (RDM, 2006, processo de participação pública – registro de reuniões).

Em reunião dos moradores com as empresas responsáveis pelo EIA, ao questionar sobre o futuro e a possibilidade de retorno, um dos moradores tem como resposta que:

As cavas da mina a céu aberto não serão abertas todas ao mesmo tempo. Elas serão em seções. Abre-se uma, retira-se o carvão e já vão fechando a 1ª enquanto já vão abrindo a 2ª. Depois vão fazendo a cobertura vegetal. Desta forma, ao término da mineração toda a área estará com vegetação e poderá ser

devolvida à população (RDM, 2006, processo de participação pública – registro de reuniões).

No entanto, sabemos dos impactos causados e da impossibilidade de retorno ou ao menos de as famílias continuarem com as práticas sociais anteriores, incluindo os elementos sagrados do lugar que são alterados. Nesse ponto, que consideramos a compreensão para além do plano científico e que a intervenção pode ser irreversível, no EIA foi considerada a possibilidade de deslocamento de elementos sagrados demonstrando um pensamento, ainda que tratando-se do sagrado e daquilo que está para além do visível, pautado na materialidade.

A flexibilidade para aceitação do deslocamento de um elemento considerado sagrado desde que sejam considerados os requisitos tradicionais como, por exemplo, a autorização prévia pela autoridade tradicional (Régulo – Nhancuacua) e a realização de uma cerimônia tradicional. Os locais e elementos sagrados presentes nos territórios, pela sua própria natureza, são passíveis de deslocamento, desde que respeitados os rituais correspondentes (RDM, 2006, p.VI. 3-167).

Aquilo que está relacionado ao sagrado não é considerado na lógica de mercado e não cabe nessa pesquisa identificá-lo, mas registramos que existe e não podemos mensur, seja quantitativamente ou qualitativamente no que tange seu significado para as famílias afetadas.

Mas independente do que foi posto, a responsabilidade da organização do reassentamento em si é da Vale, que para além das rupturas sociais e as relações com o lugar, com o sagrado, trazem mudanças significativas no dia a dia da população, pois o que a princípio era uma relação entre o homem e a natureza, em que ele transforma-a para suas necessidades, em que a divisão do trabalho estava entre os membros da família, no reassentamento as relações são alteradas ou é dificultada ao ser lhes tirada a terra, as machambas, essencial para a produção do alimento das famílias, além do distanciamento dos rios e, assim, as relações do espaço passam para uma relação do homem com a sociedade, uma relação de poder entre os homens, poder que se configura na compra da força de trabalho e aquilo que o trabalho de outro produziu (SMITH, 1996). Tal mudança nos faz inclusive questionar se assim essas famílias podem estar expostas à insegurança alimentar e, caso essa prática torne-se comum, se essa insegurança alimentar pode ser comparada ao período dos aldeamentos comunais que, dentre outras falhas, desestruturou e deslocou famílias.

Consideramos que as famílias reassentadas estão em processo de expropriação de seus meios de produção e como consequência, além da perda da produção de alimento para próprio consumo, podem vir a não ter mercadorias para vender, resultando no que GAUDEMAR (1977) chama de *liberdade negativa*, em que o trabalhador não tem diante de si outra hipótese

que não seja vender a sua força de trabalho para obter dinheiro, sendo assim, temos a força de trabalho como mercadoria visto que “só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho” (MARX, 1996, p. 285).

Anteriormente ao reassentamento a venda da força de trabalho poderia ocorrer, como mostram dados estatísticos citados anteriormente, ou o próprio EIA, no entanto tal relação passa a ser mais difundida naquela sociedade.

O processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 1996, p.340).

Consideramos que a relação-capital está posta e conforme as ideias de Harvey, sobre outros territórios para a aumentar a força de trabalho disponível:

A despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado. O relato de Marx sobre a “acumulação primitiva” pode ser dramatizada ou simplificada em demasia, mas sua verdade essencial é inegável. De alguma forma ou outra, a massa da população tem sido colocada em uma posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver. A acumulação primitiva não terminou com a ascensão do capitalismo industrial na Grã-Bretanha no final do século XVIII. Nos últimos trinta anos, por exemplo, cerca de 2 mil trabalhadores assalariados foram adicionados à força de trabalho global disponível, em função da abertura da China e do colapso do comunismo na Europa central e oriental. Em todo o mundo, aconteceu a integração das populações camponesas até então independentes nas forças de trabalho. O mais dramático de todos esses acontecimentos foi a mobilização das mulheres, que agora formam a espinha dorsal da força de trabalho global. Está agora disponível uma piscina enorme de força de trabalho para a expansão capitalista. (HARVEY, 2011. p.56)

No entanto, entendemos que o objetivo principal da Vale não é transformar essas pessoas em proletários, não é uma relação em que os moçambicanos são força de trabalho para sua produção da Vale, pois poucos moçambicanos são funcionários da Vale. Do ponto de vista da empresa, eles não estão capacitados, por mais que no contrato relativo à concessão (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 2007, p.40) existam exigências por parte do governo relacionadas à formação e emprego para os moçambicanos e um limite para a contratação de estrangeiros em 30% dos trabalhadores. O trabalhador moçambicano não tem o conhecimento técnico e a formação qualificada e não é lucrativo para a empresa qualificá-lo. Assim, são

contratados trabalhadores de outros distritos, ou mesmo estrangeiros, no caso muitos brasileiros, pois tais pessoas viviam em cidades onde há cursos de graduação voltados para o mercado e onde se concentram indústrias, sedes de empresas, ou seja, atividades especializadas, o que veio a proporcionar habilidade naquela função.

Tal fato frustrou a população, conforme comenta CRUZ:

As empresas chegaram, havia emprego para todos. Para carpinteiros, para sapateiro. Tudo. E nessa fase de construção há muito emprego de fato e para todos.(...) Foi uma promessa muito forte. Quer ou não quer emprego? Todo o mundo quer emprego. Eles vieram e bombardearam na cabeça das comunidades e a comunidade começou a acreditar. E depois da fase da construção é quando a máscara cai: querem mão de obra qualificada. E mão de obra qualificada não mora em Tete, porque não houve uma preparação anterior para preparar a mão de obra... (CRUZ, 2014, informação verbal).

Nesse contexto que moçambicanos de Moatize são excluídos e a força de trabalho local não é de fato absorvida, evidenciando que a proletarização não está para favorecer a Vale nesse sentido e tampouco a Vale tem a intenção em transformá-los em consumidores, desenvolvendo mercado interno, consideramos que trata-se de um processo que não inclui a população no seu ciclo, mas ela é o que impede o início da extração de carvão que tem seu ciclo completo independente dos moçambicanos, mas que estavam na área em que há a extração do carvão, sendo assim expropriados.

O processo de expropriação não ocorre sem resistência. As instituições e organizações da sociedade civil apóiam e dão suporte técnico às famílias rurais, com capacitação sobre a legislação às famílias reassentadas. No entanto, há aqueles que são corrompidos em troca de favorecimentos conforme relatado:

O homem do sindicato ligado a mineração anda com um carro da Vale. Tem um cartão de abastecimento. O trabalhador da Vale não tem cartão... o cartão para ir à loja, buscar o mensal. Como que ele vai agir? Não tem como agir. Aí é um processo de troca de favores. Combustível do carro é abastecido pela Vale. Uma das vezes houve greve, os funcionários apedrejaram o carro dele. (SITOE, 2014, informação verbal).

Ao mesmo tempo, as organizações da sociedade civil sofrem com discursos de que estão contra o desenvolvimento, fato que foi relatado tanto por membros da UPCT, quanto da ASA.

Começou uma espécie de perseguição às próprias organizações da sociedade civil, porque eram chamadas contra o desenvolvimento. Então começaram a criminalizar as organizações da sociedade civil. Mas à medida que o processo ia correndo, então começava a aparecer a verdadeira face das empresas que

não eram mais do que violadoras dos direitos das comunidades (CRUZ, 2014, informação verbal).

Cabe questionar o que seria o desenvolvimento a que se referem? CRUZ (2014, informação verbal) diz que “O discurso que as empresas utilizavam era que vem aí o desenvolvimento, vão ter muito emprego e a pobreza vai acabar. Então houve essa euforia por parte das comunidades. Então tudo o que eles diziam era bem vindo”. O que gerou expectativas conforme já foi mencionado, mas contradições conforme relata SOUSA (2014, informação verbal) da ASA:

Eu penso que a percepção da nossa população aqui sobre a presença das mineradoras difere. Algumas que vêem alguns benefícios, aquelas que tem algum contacto direto com essas empresas. E as outras que sendo pobres continuam sendo pobres, portanto a presença das mineradoras não trouxe nenhuma alteração na vida delas, pior ainda vieram encarecer aquilo que é o custo de vida a nível local. (SOUSA, 2014, informação verbal).

Percebemos que a alteração na vida da população esperada, está relacionada ao trabalho e consumo, ao relacionar benefícios àqueles que estão próximos à empresa e como negativo por ter tornado as mercadorias mais caras, dificultando o consumo. Assim, a venda da força de trabalho em troca de dinheiro pode ser vista como via de ascensão social e a inserção numa sociedade consumidora. Mas é uma ideia mais difundida e vivida em Maputo. Assim entendemos, pois é onde a contradição do processo da reprodução capitalista está menos evidente. Os problemas gerados pela expropriação de terra nem sempre são falados em Maputo, no entanto são sentidos em Moatize. Além disso, o impacto ambiental e as inutilidades produzidas têm efeitos locais: a poluição atmosférica, o grande volume de resíduos sólidos e todas as outras interferências ao espaço que a extração do carvão, infra-estrutura das minas e logística causa. É válido dizer que tratam-se de minas a céu aberto, que provocam poluição sonora, poluição do ar e o impacto visual é grande. Enquanto em Maputo está localizado o escritório administrativo da empresa, onde estão bancos e financeiras, onde os dados da movimentação de dinheiro são divulgados e as notícias das obras, como estradas e a ampliação da ferrovia de Sena. Dessa maneira, a exploração do carvão mineral e os negócios com empresas estrangeiras, dentre elas a Vale, são vistos como necessários para a construção da infra estrutura do país, ascensão social da população e conseqüente aumento do consumo. No entanto consideramos que essa infra-estrutura não foi feita pensando na população local e sim para que se realize a produção e circulação da mercadoria, nesse caso o carvão mineral, que será exportado, visto que é necessário que haja meios como portos, ferrovias, rodovias, dentre outras transformações no espaço. A ferrovia de Sena, que liga

Moatize ao porto da Beira está sendo reformada para escoar mercadorias, não para mobilidade da população pelo território. Tais obras realizadas recentemente foram comparadas pelo Professor Rogers Hansine do Departamento de Geografia da UEM (2014, informação verbal), com as ferrovias e estradas do período colonial, pois da mesma maneira visa à exportação de matéria prima explorada em Moçambique.

Para HARVEY (2005) a eficiência da circulação, com custos reduzidos, transportes aperfeiçoados, acelera o tempo de giro e anula o espaço, garantindo maior rendimento anual da mais valia (HARVEY, 2005, p.50). Assim, torna-se vantajoso para a Vale desenvolver seus próprios mecanismos de fluxos, em capitais fixos, para superar as barreiras espaciais e ter maior controle do processo produtivo. São transformações do espaço que nascem externamente àquele local, mas geram novas dinâmicas e novas práticas locais sem mesmo que a população participe das decisões, sejam consultadas ou consideradas diante das transformações do espaço e sem beneficiá-las necessariamente. E diferentemente do discurso que a empresa divulga, dos benefícios que realiza para Moçambique, mais especificamente Moatize, pontuamos que, daqueles que realmente foram concluídos, não são benevolência, e sim o mínimo acordado com o Estado, mas principalmente capital fixo para o próprio processo produtivo. Além disso, caso houvesse o interesse em atender necessidades da população, a empresa atuaria em parceria com as organizações, com a própria população, mas não é necessariamente o que acontece:

De princípio a própria Vale não envolveu as organizações da sociedade civil. E mesmo com a insistência dessas organizações da sociedade civil, a Vale nunca mostrou essa abertura para o diálogo. E nós como organizações da sociedade civil e locais, isso deve ficar sublinhado, porque somos organizações locais, nós já vínhamos trabalhando com estas comunidades. Daí que nós sabemos quais são as preocupações dessas comunidades, mas porque nós nunca encontramos espaço para expormos aquilo que eram preocupação das comunidades ou nunca encontramos espaço mesmo a nível do governo para mediarmos esse interesse comunitário e interesse das empresas e do próprio governo, então nós fomos relegados para segundo plano (SOUSA, 2014, informação verbal).

Ao mesmo tempo em que não atendem aos anseios da população, geram tensão e contradição, pois tais materialidades excluem outras possibilidades para esse espaço. Machambas foram cobertas pelo concreto das estradas, interrompidas pelos trilhos dos trens, as minas que atualmente estão no local em que moravam famílias. E aqui novamente citamos Casal, em que apresenta a oposição de ideias entre o campo e a cidade, em que o urbano é entendido como sinônimo de modernidade:

O rural seria conotado como símbolo de atraso, de arcaico, como espaço de obscurantismo, de tribalismo, como o lugar dos curandeiros e feiticeiros, de doenças e de espíritos malignos. O tradicional-rural seria apresentado como redoma do homem velho, um espaço a corrigir, a reorganizar, a purificar. A cidade seria geometria, modernidade, trabalho, indústria, cultura, ordem, dinamismo, pureza, crescimento econômico, hierarquias, lazer, religião, espaço do homem novo. (CASAL, 1996, 51)

Ele se refere ao período socialista, das aldeias comunais, mas que cabe ao momento atual que somados aos discursos que envolvem consumo e tecnologia, constitui o oposto da ideia aparente que se faz da África como um todo, no seu mais clássico estereótipo relacionado com pobreza e práticas sociais postas como inferiores dentro dessa lógica.

De acordo com o INE (2012b), em Moçambique o PIB per capita no ano de 2010 foi de US\$426,00. E a Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta que 54% da população moçambicana vive abaixo da linha da pobreza, ou seja, com menos de UU\$ 1 por dia, sendo assim uma população considerada miserável. Autores moçambicanos fazem críticas a tal afirmação, à medida que a população nem sempre faz uso do dinheiro para obter alimento, por exemplo. Consideramos assim que para a ONU o que constitui riqueza é a quantidade de dinheiro que possui proveniente do trabalho, um pensamento que vai de encontro com a ideia de riqueza naturalizada de SMITH (1996, p.87-88), pois:

Não foi por ouro ou prata, mas pelo trabalho que foi originalmente comprada toda a riqueza do mundo; e o valor dessa riqueza, para aqueles que a possuem, e desejam trocá-la por novos produtos, é exatamente igual a quantidade de trabalho que essa riqueza lhes dá condições de comprar ou comandar.

Ou seja, a riqueza é posta como sinônimo de poder, poder para comprar aquilo que outro produziu. E nessa perspectiva, os discursos tomam proporção em que de um lado está a riqueza, de outro a pobreza e Moçambique estando nesse segundo lado, o que faz Cruz questionar o que seria a pobreza:

Pobreza absoluta a gente costuma ouvir, mas não temos pobreza absoluta, somos pobres, mas não é absoluta. Há uma diferença muito grande. Porque aqui não há ninguém que morre todos os dias, não apanha ninguém com fome a dormir ali... não! Todas as pessoas... mendigo no final da tarde cada um vai para sua casa, pelo menos tem um sítio para por a cabeça, de dia vai pedir esmola na rua. Então pobreza há sim, se é absoluta a gente discute muito isso. Até que ponto... mas para nos matar: pobreza absoluta, se nunca nos dizem como resolver esse problema de pobreza absoluta. Pobreza absoluta! Mas não aparece a dizer como você vai resolver isso de pobreza absoluta. Em Moatize já nem está a falar disso. Pobreza absoluta com 2 mineradoras. 3, 4! Não é? Então tem coisas que não são justas. E depois, mais dias menos dias vamos estar cheio de jovens formados que não vão ter emprego. Então vamos fazer o que? Debates induzidos, seminários e vão assistir o desenvolvimento indo

embora. Os comboios a sair com a riqueza deles. Com o Estado que nem sabe o que sai. (CRUZ, 2014, informação verbal).

Assim, ao mesmo tempo em que entra no país cada vez mais capital estrangeiro e expande o processo de expropriação de terras, ganha força o discurso progressista de que é preciso se modernizar e que os habitantes tenham emprego para ter dinheiro e assim riqueza.

Pensando enquanto um processo que não é estático e ganha expressão em Moçambique, sobretudo Maputo consideramos as angústias observadas em São Paulo, cidade em que o processo de expropriação se deu há mais tempo e hoje enquanto uma sociedade consumidora mais consolidada, em que a população ocupa a maior parte do dia em atividades que não são exatamente o que gostaria de fazer, mas em alguma medida sem questionar isso, pois é naturalizado. São assim, cotidianos vinculados à relação trabalho e consumo de mercadorias, narrados informalmente a um morador de Maputo, sem deixar de mencionar que a maior parte dos brasileiros trabalham 8 horas por dia, ou mais, e esperam ansiosamente pelo fim de semana, este ficou espantado e curioso sobre as outras atividades além do trabalho ou simplesmente viver o dia de outra maneira. Esse diálogo nos dá resquícios de um processo não naturalizado, pois há estranhamento. E nesse contexto retornamos ao início da dissertação e lembramos o tom saudoso daquele aluno da Universidade ao falar do campo, mas agora considerando o que pode motivá-lo a se submeter a situações e a viver na cidade, pois é onde tem acesso ao ensino superior, a possibilidade de agregar incrementos ao que vem constituir o valor de seu salário no futuro, onde é consumidor, embora goste de viver no campo.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado e com a bibliografia consultada, sobretudo baseando-nos no livro *O Enigma do Capital*, de David Harvey, consideramos que a relação entre estado – capital e sociedade, personificados como o Estado Moçambicano, a empresa Vale S/A e a população moçambicana, principalmente de Moatize, está pautada na reprodução da lógica capitalista e que ao circular e para acumular-se toca naquilo que Harvey chamou de esferas de atividade. Sendo elas “tecnologias e forma de organização, relações sociais, arranjos institucionais e administrativos, processos de produção e de trabalho, relações com a natureza, reprodução da vida cotidiana e da espécie e ‘concepções mentais do mundo’” (HARVEY, 2011, 104).

As relações sociais são alteradas involuntariamente, à medida que tais famílias são reassentadas e tem perda das suas terras de origem, estas férteis e próximas de rios e onde estavam estruturadas pequenas trocas comerciais, passando assim à venda da força de trabalho como única via para obter aquilo que antes produziam e as novas mercadorias inseridas no dia a dia. Além disso, são deslocamentos que tem uma motivação nova, que não é a guerra ou o ordenamento do espaço, mas tem claramente fins econômicos.

No entanto, essa separação da população da terra é secundária. O que está em primeiro plano nas decisões são os interesses que partem da Vale e envolvem o Governo de Moçambique, num ciclo que não se completa numa escala local. De acordo ainda com a bibliografia consultada, agora baseando-nos em Raffestin, consideramos que há um processo de territorialização do capital, evidenciado pelo poder que a Vale passa a exercer no controle e na organização do espaço de acordo com seus próprios interesses, tendo ela, inclusive, sido responsável pelos reassentamentos.

Além disso, tal processo traz consequências no espaço diferentemente se compararmos as cidades de Maputo e Moatize, as práticas dos moradores que nelas vivem e a naturalização dos discursos e mudanças de concepções de mundo. Tais discursos justificam as transformações no espaço e suas práticas sob a ideia da modernização, esta que por sua vez aponta o trabalho e o consumo como objetivos a serem atingidos e sinônimo de uma sociedade superior.

Consideramos ainda que do valor gerado com a extração do carvão mineral, uma mínima parte fica para o Estado Moçambicano e menor para a população que está envolvida diretamente no lugar em que a extração ocorre, no entanto ainda que mínimo diante do capital gerado, o Estado torna-se dependente desse mecanismo para obtenção de dinheiro para entesouramento, importações etc.

Por fim, consideramos que a população de Moatize perde sua autonomia, seus referenciais sagrados e fica exposta à degradação ambiental. A avaliação de impacto ambiental é condição para que uma empresa obtenha licença para atuar, de acordo com a legislação ambiental local. Exigência cumprida, em trata de modo sistemático as estruturas familiares que são modificadas, suas simbologias e referências com o espaço que são perdidas, a interferência na hidrografia, no relevo que são irreversíveis, fauna e flora que deixam o equilíbrio. O EIA é um estudo complexo, considerável, que produz um documento que mantém dados quantitativos, qualitativos e relatos de moradores antes das intervenções. Um documento que registra as características do lugar naquele momento, os medos e expectativas geradas na população com a ideia de desenvolvimento e o que isso vem a ser. Um documento histórico e geográfico, mas para fins burocráticos e que não tem poder de impedir a finalidade maior do processo, baseada numa necessidade que se criou: extrair o carvão mineral. A empresa tem assim consciência das conseqüências a partir das transformações no espaço, mas seu objetivo é maior e irrefutável: a sua reprodução enquanto empresa, a reprodução do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEM, A. C. & CAVALCANTI, C. E. **O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: algumas reflexões.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.12, N.24, P 43 – 76, Dez 2005.

ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS. **O quadro legal: para reconhecimento e a obtenção de direito de terra em áreas rurais em Moçambique – um guia para legalização da ocupação.** Edição III. Agosto de 2012

ATINGIDOS PELA VALE. **Dossiê dos impactos e violações da VALE no mundo.** I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. Rio de Janeiro. Abril de 2010.

CASAL, A. Y. **Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais de Moçambique.** Ministério da Ciência e Tecnologia: Instituto de investigação científica tropical. Lisboa, 1996

DEUTSCHE WELLE. **A valorização das línguas Bantu em Moçambique.** 11/07/2013. Acesso realizado em: 12/05/2015

DEUTSCHE WELLE. **Moradores da Gorongosa fogem para províncias moçambicanas vizinhas.** Disponível em: <http://www.dw.de/moradores-da-gorongosa-fogem-para-prov%C3%ADncias-mo%C3%A7ambicanas-vizinhas/a-17179623>. Acesso realizado em: 17/05/2015

DEUTSCHE WELLE. **RENAMO anuncia fim do Acordo de Paz em Moçambique.** Disponível em: <http://www.dw.de/renamo-anuncia-fim-do-acordo-de-paz-em-mo%C3%A7ambique/a-17174192>. Acesso realizado em: 15/06/2015

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital.** Editora Estampa. Lisboa, 1977

GEFFRAY, C. **A causa das armas: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique.** Edições Afrontamento. 1991

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo. Annablume. 2005

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** Boitempo editorial. São Paulo, 2011

HEDGES, D. (Org.). **História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930 – 1961**. Vol. 3. Maputo, Moçambique, 1993

HUMAN RIGHTS WATCH. **O que é uma casa sem comida? – O boom da mineração em Moçambique e o Reassentamento**. EUA, 2013

INSTITUTO INTERNACIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Ensino primário moçambicano será ministrado em 16 línguas nativas a partir de 2017**. Publicado em 18/03/2015. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2015/03/18/ensino-primario-mocambicano-sera-ministrado-nas-16-linguas-nativas-a-partir-de-2017/>. Acesso realizado em: 20/05/2015

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS. **O perfil do desenvolvimento humano no Interior de Moçambique, 1997-2011**. Moçambique, 2012a

_____. **Estatísticas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa – Portugal, 2012b

_____. **Estatísticas do distrito de Moatize – 2008**. Moçambique, 2010

LAUGHLIN, B.O’ **A base social da guerra em Moçambique: Análise de “A causa das armas em Moçambique”, antropologia de uma guerra civil**, de C. Geffray. Paris: CREDU – Karthala, 1990 in Estudos Moçambicanos nº10. Centro de Estudos Africanos.- Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, 1991

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo, Nova Cultural, 1996 (série “Os economistas”).

MATSINHE, L. S. **Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto?** Tese de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 2011

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil distrital de Moatize – Província de Tete**. 2005.

MOSCA, J. & SELEMANE, T. **El Dorado Tete: os mega projectos de mineração**. CIP. Maputo, 2011.

PÚBLICO. RENAMO intensifica ataques, EU e EUA preocupados com escalada da violência. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/mocambique-a-guerra-e-cada-vez-mais-a-realidade-1619909>. Acesso realizado em: 15/06/2015.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática. São Paulo, 1993

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Contrato Mineiro relativo a concessão mineira da mina de carvão de Moatize entre Governo da República de Moçambique e Rio Doce Moçambique Ltda.** 2007

_____. **Lei de terras**. Moçambique. 1997.

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **História: manual da 11ª classe**. Maputo, 1981

RIO DOCE MOÇAMBIQUE. **Estudo de Impacto Ambiental do Complexo Industrial de Moatize**. Ministério dos Recursos Minerais. 2006

SELEMANE, T. **Questões à volta da Mineração em Moçambique – Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga**. CIP, 2010

SELEMANE, J.D & SAMPAIO, C. H. **Estado da arte da mineração em Moçambique: caso carvão de Moatize, Tete**. UFRGS, 2011.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol.I. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996 (série “Os economistas”).

UNIÃO NACIONAL DOS CAMPONESES, **Comunicado de imprensa: Os impactos da situação política e militar no desenvolvimento da agricultura em Moçambique**. Disponível em: www.universidadepopular.org. Acesso realizado em 12/04/2015

VALE. **Composição acionária**. 2014

_____, **Nossa História**. 2012

_____, **Sustentabilidade**. 2013